



# **RELATÓRIOS DE ATIVIDADES E DE LIBERDADE DE IMPRENSA**

**AGOSTO DE 2010 A JULHO DE 2011**

**ANJ** ASSOCIAÇÃO  
NACIONAL  
DE JORNAIS

BRASÍLIA, 23 DE AGOSTO DE 2011.

# Índice

<b>RELATÓRIO DE ATIVIDADES</b>	<b>3</b>
I – CENÁRIO	4
II – ELEIÇÃO DO CONSELHO E DA DIRETORIA	10
III – DIRETRIZES	14
IV – O FUTURO DOS JORNAIS	15
V – AUTORREGULAMENTAÇÃO	16
VI – 8º CONGRESSO BRASILEIRO DE JORNAIS	17
VII – PUBLICAÇÕES E COMUNICAÇÃO	18
VIII – EVENTOS, PREMIAÇÕES E ENCONTROS	19
IX – CAMPANHA “O VALOR DO JORNALISMO”	21
X – PUBLICAÇÃO DE BALANÇOS	21
XI – FENAJORE	22
XII – COMITÊS DA ANJ	23
XIII – ATIVIDADES DOS COMITÊS	26
1. Comitê de Associados	26
2. Comitê Editorial	26
3. Comitê de Estratégias Digitais	27
4. Comitê de Gestão	29
5. Comitê Jurídico	30
6. Comitê de Liberdade de Expressão	33
7. Comitê Mercado Anunciante	34
8. Comitê Mercado Leitor	36
9. Comitê de Recursos Humanos	37
10. Comitê de Relações Governamentais	39
11. Comitê de Relações Internacionais	42
12. Comitê de Responsabilidade Social	43
13. Comitê de Tecnologia e Operações	44
<b>RELATÓRIO DE LIBERDADE DE IMPRENSA</b>	<b>46</b>
I – COMITÊ DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO	47
1. Lei de Acesso a Informações Públicas	47
2. Fórum Internacional de Liberdade de Imprensa e Poder Judiciário	47
3. Eventos relativos à Liberdade de Expressão registrados pelo Comitê de Liberdade de Expressão da ANJ	48



# **RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

**AGOSTO DE 2010 A JULHO DE 2011**

BRASÍLIA, 23 DE AGOSTO DE 2011.

## **I – CENÁRIO**

Em cumprimento ao estabelecido em Estatuto, a Associação Nacional de Jornais, por meio de sua Diretoria, apresenta este Relatório de Atividades, que abrange os meses de agosto de 2010 a julho de 2011.

Nesse período, a indústria jornalística brasileira registrou os primeiros sinais de recuperação depois dos efeitos negativos da crise econômica internacional que eclodiu em outubro de 2008 e se prolongou durante todo o ano de 2009. No plano global, a recuperação que se seguiu à crise de 2008 tem se mostrado frágil em algumas das maiores economias mundiais. Nesses países, onde a mídia impressa já dava sinais de enfrentar problemas estruturais há alguns anos, a situação se agravou para depois apenas se atenuar com a retomada posterior.

No início do segundo semestre de 2011, a economia mundial voltou a gerar grande preocupação, com uma perspectiva nebulosa que pode afetar o desempenho da indústria jornalística em diversos países.

Mas no Brasil, até julho de 2011, a situação da indústria jornalística foi positiva. De acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC), os jornais, que registraram um recuo conjuntural entre 2008 e 2009, retomaram o crescimento exibido no quinquênio precedente e, ao final do primeiro semestre de 2011, alcançaram uma circulação auditada recorde, de 4.435.581 exemplares, um crescimento médio de 4,2% em relação ao mesmo período do ano passado (ver gráfico 1). Nos últimos 12 meses, em relação aos 12 meses anteriores, o crescimento da circulação total foi de 3,9%.

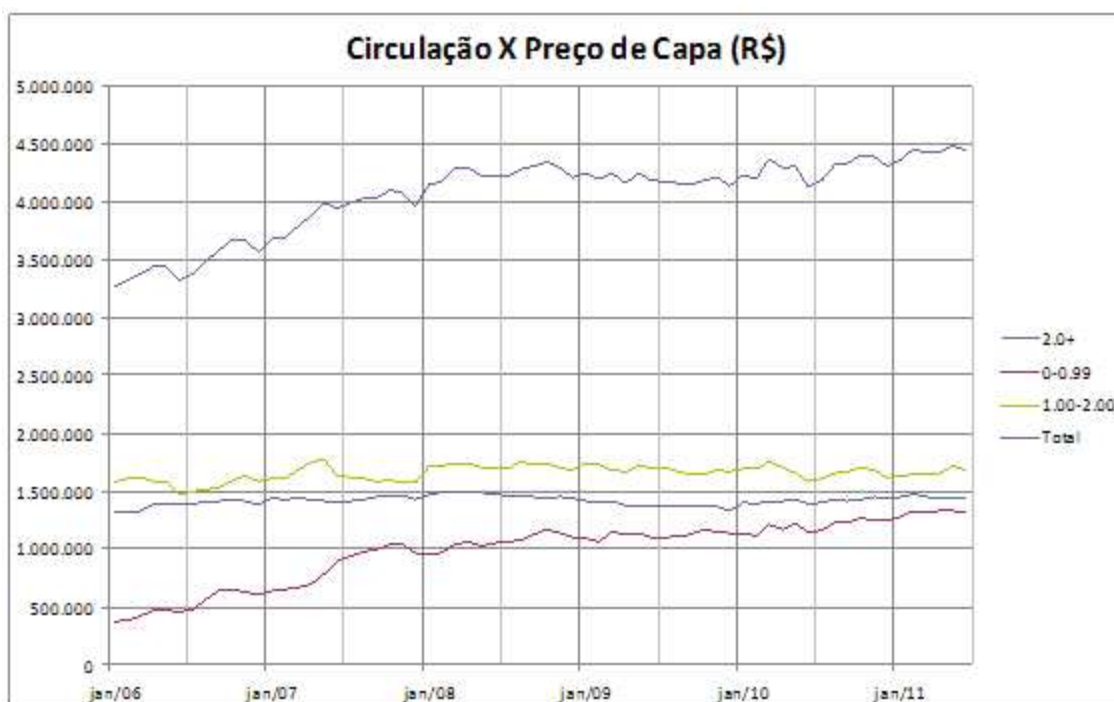
**Gráfico 1**



Fonte: IVC.

Como vinha ocorrendo no ciclo de expansão de 2003 a 2008, o aumento da circulação dos jornais brasileiros foi liderado pelas publicações com preço de capa de até 99 centavos, que avançaram 12,9%, enquanto os jornais com preço de capa acima de 2 reais registraram avanço de 3,2% na circulação, ao passo que os com preço entre 1 e 2 reais tiveram leve declínio médio de -1,1% (ver gráfico 2).

**Gráfico 2**

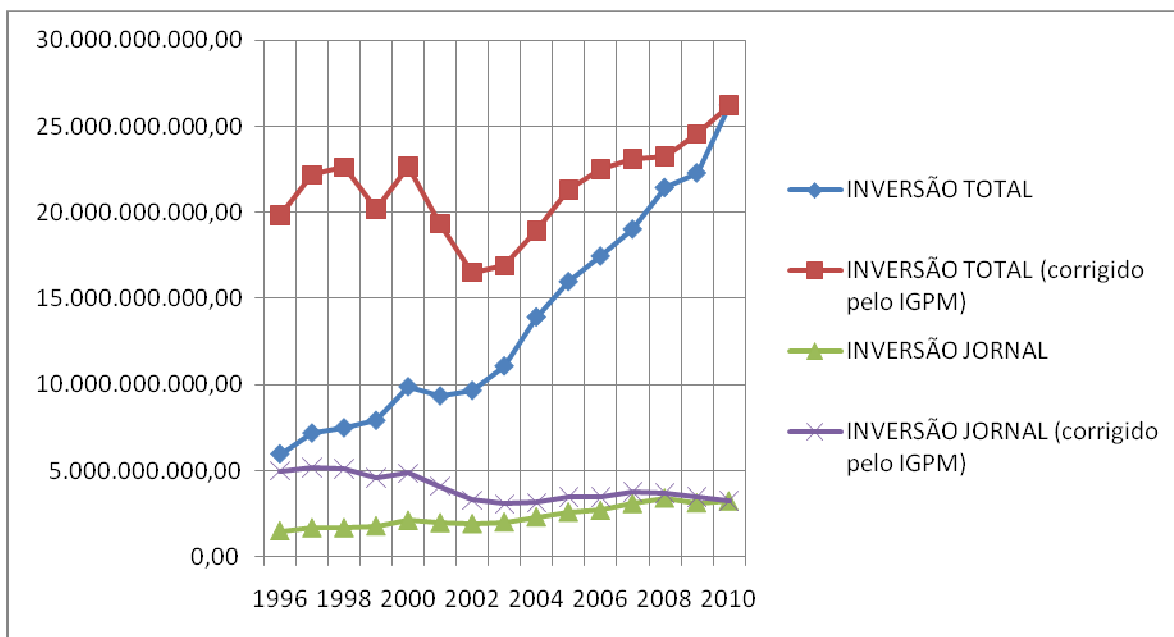


Fonte: IVC.

Devido ao crescimento mais acentuado dos jornais populares, o volume de vendas avulsas teve uma expansão de 5,1%, enquanto nas assinaturas o incremento foi de 3,2%.

O desempenho registrado em termos de circulação, entretanto, não se traduz no comportamento das receitas publicitárias. De acordo com os dados do Projeto Inter-Meios, a expansão do investimento publicitário total observada desde 2001 não se reproduziu em relação ao meio Jornal, para o qual a expansão tem sido menor, tendo havido, inclusive, um recuo em 2009 em relação a 2008. O descompasso é mais visível quando os valores são deflacionados pelo IGPM, conforme exibidos no gráfico 3.

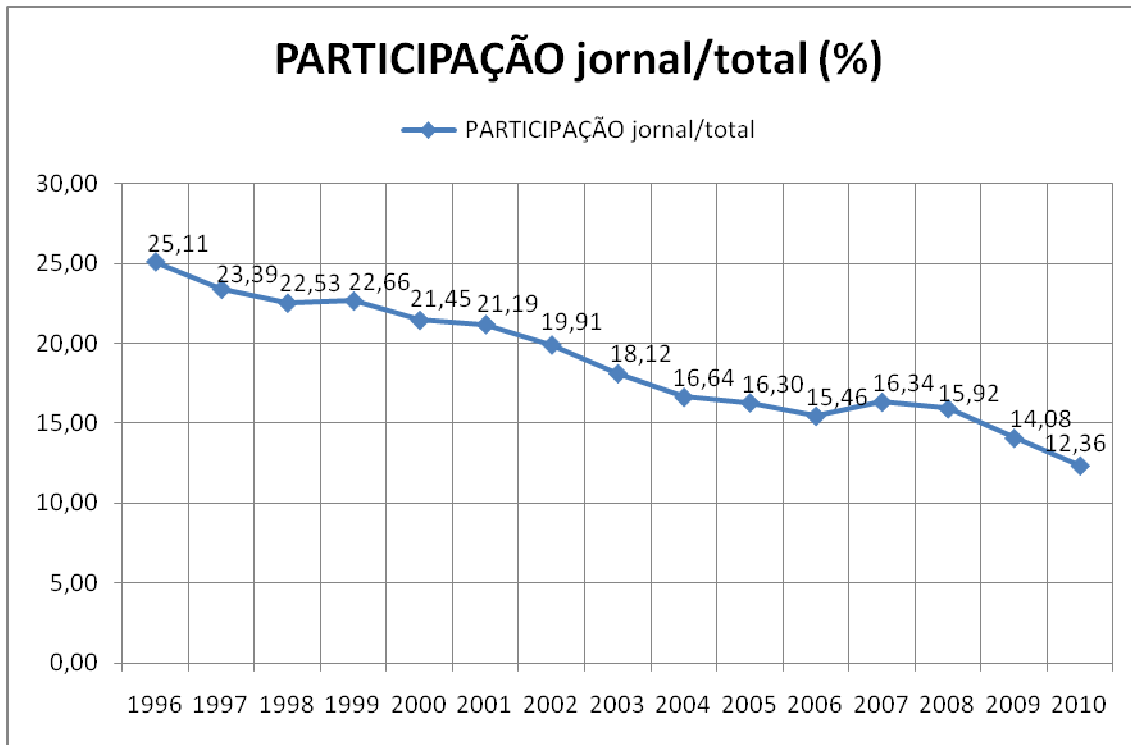
**Gráfico 3**



Fonte dos dados brutos: Projeto Inter-Meios.

Em consequência do descompasso entre a evolução dos investimentos publicitários totais e no meio Jornal, a participação deste no total tem apresentado tendência de queda (com leves recuperações em alguns períodos), conforme exibido no gráfico 4.

**Gráfico 4**



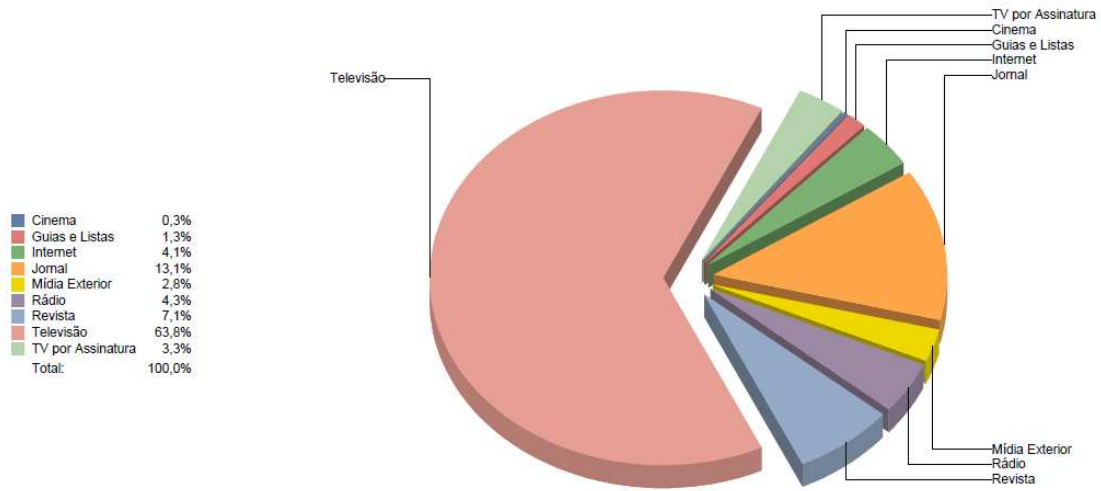
Fonte: Projeto Inter-Meios.

Os números mais recentes são os relativos ao primeiro quadrimestre do ano e apontam tendência semelhante à registrada nos anos anteriores: em relação ao mesmo período de 2010 houve crescimento do investimento total (6,94%), redução do investimento no meio Jornal (-2,03%) e queda na participação do investimento no meio Jornal em relação ao investimento total, de 13,1% para 12,2%. Ver gráficos 5 e 6.



### Gráfico 5

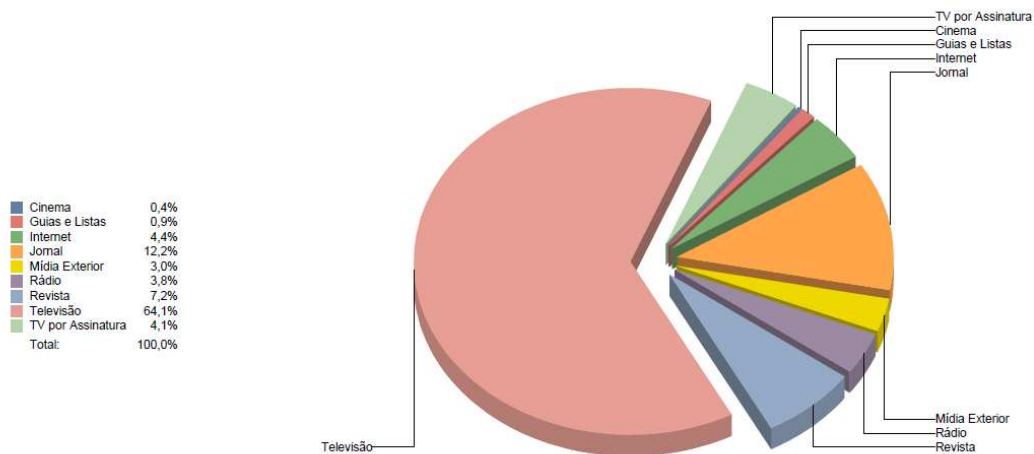
Percentual de Participação em Abril de 2010



Fonte: Projeto Inter-Meios.

### Gráfico 6

Percentual de Participação em Abril de 2011



Fonte: Projeto Inter-Meios.

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2010 contribuiu para a expansão dos investimentos publicitários totais e para o aumento da circulação de jornais; neste último caso, em particular em decorrência da elevação dos níveis de emprego e renda da classe D, conforme atestam estudos do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas. O mesmo comportamento, entretanto, não é esperado para 2011 devido aos efeitos da política econômica que vem promovendo o desaquecimento da economia a fim de conter a inflação. Em consequência, o Boletim Focus, do Banco Central, que em 31/12/2010 previa para 2011 um crescimento do PIB de 4,5%, em 1º de julho último havia reduzido essa previsão para 3,94%.

Consciente de que os próximos anos serão marcados por grandes desafios e por grandes oportunidades para as empresas jornalísticas, a Diretoria da ANJ constituiu, no final de 2010, o Comitê de Estratégias Digitais, que vem estudando esses desafios e oportunidades de forma a apontar aos associados as estratégias mais adequadas para a manutenção do meio Jornal em plataforma papel e a exploração das novas plataformas, de maneira a seguir gerando valor para seus acionistas, seus parceiros empresariais, suas audiências e seus colaboradores. O relato das atividades desse comitê bem como as dos demais comitês que integram a ANJ estão nas páginas a seguir.

## **II – ELEIÇÃO DO CONSELHO E DA DIRETORIA**

Em 20 de agosto de 2010, no Rio de Janeiro, a Assembleia Geral da ANJ elegeu os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para mandato de dois anos, de agosto de 2010 a agosto de 2012. O novo Conselho de Administração reelegeu a presidente Judith Brito e os dez vice-presidentes que integram a Diretoria, para o mesmo período. A Assembleia aprovou o Relatório de Atividades da Diretoria referente ao período 2008-2010 e as contas da Diretoria relativas a 2009. Na ocasião, foi apresentado o Relatório Anual de Liberdade de Imprensa, abrangendo o período de setembro de 2008 a julho de 2010.

A Diretoria para o biênio 2010-2012 ficou assim composta:

**Presidente:** Maria Judith de Brito – Folha de S.Paulo (SP)

**Vice-Presidente Secretário:**

Álvaro Teixeira da Costa – Correio Braziliense (DF)

**Vice-Presidente Financeiro:**

Jaime Câmara Júnior – O Popular (GO)

**Vice-Presidentes:**

Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Neto – A Gazeta (ES)

Francisco Mesquita Neto – O Estado de S.Paulo (SP)

João Roberto Marinho – O Globo (RJ)

Luciana de Alcântara Dummar – O Povo (CE)

Mário Alberto de Paula Gusmão – Jornal NH (RS)

Nelson Pacheco Sirotsky – Zero Hora (RS)

Sylvino de Godoy Neto – Correio Popular (SP)

Walter de Mattos Junior – Diário Lance! (RJ)

O Conselho de Administração para o biênio 2010-2012 ficou assim composto:

A TARDE (BA)

Titular: Renato Simões

Suplente: Máximo Soares da Cruz Filho

CORREIO POPULAR (SP)

Titular: Sylvino de Godoy Neto

Suplente: Adhemar José de Godoy Jacob

FOLHA DE S.PAULO (SP)

Titular: Maria Judith de Brito

Suplente: Luís Frias

JORNAL DO COMÉRCIO (RS) Titular: Mércio Cláudio Tumelero  
Suplente: José Salimen Jr.

JORNAL NH (RS) Titular: Mário Alberto de Paula Gusmão  
Suplente: Carlos Eduardo Gusmão

O ESTADO DE S.PAULO (SP) Titular: Francisco Mesquita Neto  
Suplente: Silvio José Genesini Jr.

O GLOBO (RJ) Titular: João Roberto Marinho  
Suplente: Luiz Eduardo Vasconcelos

O POPULAR (GO) Titular: Jaime Câmara Júnior  
Suplente: Cristiano Roriz Câmara

O POVO (CE) Titular: Luciana de Alcântara Dummar  
Suplente: Arlen Medina Néri

ZERO HORA (RS) Titular: Nelson Pacheco Sirotsky  
Suplente: Paulo Ricardo Tonet Camargo

A CRÍTICA (AM) Titular: Tereza Cristina Calderaro Corrêa  
Suplente: Miguel Botelho de Bragança

A GAZETA (ES) Titular: Carlos Fernando Monteiro  
Lindenberg Neto  
Suplente: Carlos Fernando Monteiro  
Lindenberg Filho

A TRIBUNA (SP)	Titular: Marcos Clemente Santini
	Suplente: Roberto Clemente Santini
CORREIO BRAZILIENSE (DF)	Titular: Álvaro Teixeira da Costa
	Suplente: Evaristo de Oliveira
DIÁRIO LANCE! (RJ)	Titular: Walter de Mattos Junior
	Suplente: Carlos Pinheiro da Silva
GAZETA DO POVO (PR)	Titular: Guilherme Döring Cunha Pereira
	Suplente: Ana Amélia Cunha Pereira Filizola
JORNAL DO COMMERCIO (PE)	Titular: João Carlos Paes Mendonça
	Suplente: Rodolfo Frederico Pereira Tourinho
O ESTADO DO PARANÁ (PR)	Titular: Paulo Cruz Pimentel
	Suplente: Vera Lúcia Lunardelli Pimentel
O LIBERAL (PA)	Titular: Romulo Maiorana Jr.
	Suplente: João Pojucam de Moraes Filho
O PROGRESSO (MS)	Titular: Adiles do Amaral Torres
	Suplente: Blanche Maria Torres

O Conselho Fiscal para o biênio 2010-2012 ficou assim composto:

**TITULARES:**

JOEZIL DOS ANJOS BARROS - Diário de Pernambuco (PE)  
(Presidente do Conselho Fiscal)

ANTÔNIO DE PÁDUA LOPES - Diário do Nordeste (CE)

TULIO DA SAN BIAGIO - O Diário de Mogi (SP)

**SUPLENTE:**

MARCELO BATUÍRA C. LOSSO P. DE MELLO - Jornal de Piracicaba (SP)

ANA ELIZA ASSIS LEMOS SENCHE - Folha da Região (SP)

JOSÉ INÁCIO PEREIRA - Correio de Uberlândia (MG)

**III – DIRETRIZES**

A Diretoria da ANJ empossada em agosto de 2010 manteve para sua gestão os seis macro-objetivos definidos como prioritários para a gestão anterior:

- ✓ Defesa da liberdade de imprensa.
- ✓ Defesa da liberdade de expressão comercial.
- ✓ Valorização do jornal na educação e na construção da cidadania.
- ✓ Fortalecimento e ampliação dos jornais brasileiros no mercado.
- ✓ Futuro do jornal como mídia digital.
- ✓ Alinhamento de objetivos com a indústria de produção de conteúdo.

Em relação à defesa da liberdade de imprensa, a ANJ prosseguiu, entre agosto de 2010 e julho de 2011, no seu trabalho permanente de vigilância em relação aos casos considerados atentatórios a esse princípio maior da entidade e da democracia brasileira. O Comitê de Liberdade de Expressão, sob a coordenação do vice-presidente Francisco Mesquita Neto, posicionou-se publicamente e sempre com ampla repercussão contra as iniciativas que ferem o preceito constitucional da ampla liberdade de informação e opinião.

Na defesa da liberdade de expressão comercial, a ANJ tem participado ativamente de ações e manifestações com outras entidades do setor; no acompanhamento e impedimento no Congresso de projetos que visam a restringir a propaganda; e também no fortalecimento do Instituto Palavra Aberta, criado com o apoio da Associação exatamente para defender a liberdade de expressão comercial.

A valorização do jornal na educação e na construção da cidadania é atividade cotidiana da ANJ, por meio do Programa Jornal e Educação e do Comitê de Responsabilidade Social. O programa conta hoje com 60 jornais associados e vem realizando ações permanentes para sua ampliação.

O futuro do jornal como mídia digital tem sido um dos principais focos da atuação da Diretoria da ANJ nesta gestão, com a criação do Comitê de Estratégias Digitais e uma intensa atividade para definição e implantação de ações visando o melhor posicionamento dos jornais associados na internet e nas mídias digitais.

A Diretoria da ANJ tem, ainda, se empenhado em inserir os interesses da indústria jornalística brasileira no cenário geral da indústria de conteúdo, no que diz respeito aos mercados anunciante e leitor e, com grande ênfase, na defesa dos direitos autorais da produção jornalística.

#### **IV – O FUTURO DOS JORNAIS**

No período de agosto de 2010 a julho de 2011, a Diretoria da ANJ dedicou especial atenção a questões relacionadas ao futuro dos jornais como mídia digital. Os desafios da convergência digital impõem um realinhamento das empresas jornalísticas numa nova realidade de mercado, em que se destaca

a relação das empresas jornalísticas brasileiras com os buscadores e agregadores de conteúdo na internet. Outro aspecto a merecer esforços são as diversas plataformas de distribuição de conteúdos digitais, tais como os “tablets” e telefones celulares.

A construção de um modelo de negócio autossustentável nas mídias digitais, de modo a garantir a continuidade do jornalismo independente e de qualidade, passa necessariamente pela remuneração da produção jornalística. Essa diretriz tem norteado o trabalho da Diretoria da ANJ na atual gestão.

Nesse sentido, a Diretoria criou o Comitê de Estratégias Digitais, no lugar do Comitê de Negócios Digitais, com o objetivo de traçar e executar estratégias para os jornais associados diante do atual ambiente digital. O novo comitê vem desenvolvendo intenso trabalho, sob acompanhamento e orientação permanentes da Diretoria.

Ainda no campo do futuro dos jornais, a ANJ vem trabalhando e defendendo, em todas as instâncias do setor, a neutralidade na utilização das redes de telecomunicações, questão de fundamental importância estratégica. Finalmente, tem também se mobilizado na defesa dos preceitos constitucionais relativos à participação do capital estrangeiro nas empresas jornalísticas.

## **V – AUTORREGULAMENTAÇÃO**

Com o fim da Lei de Imprensa, e já na gestão anterior, a Diretoria da ANJ deliberou aprofundar o debate sobre um modelo de autorregulamentação jornalística entre os jornais associados. Por delegação da Diretoria, o vice-presidente Nelson Sirotsky coordenou o trabalho.

Após estudo sobre os modelos internacionais de autorregulamentação, intenso debate no âmbito da Diretoria, do Comitê Editorial, e também do 8º Congresso Brasileiro de Jornais, o Comitê Editorial apresentou proposta para a criação do Programa Permanente de Autorregulamentação da ANJ. Trata-se de modelo de autorregulamentação descentralizado, em que cabe a cada jornal definir a adoção e divulgação de práticas que permitam aos



leitores acessar, demandar e obter respostas dos responsáveis pelos jornais, com a ANJ monitorando todo o processo.

O Programa Permanente de Autorregulamentação foi aprovado pela Diretoria e demandou mudanças no Estatuto da ANJ, aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária. Todos os jornais associados, conforme determina o Estatuto, deverão se adequar ao Programa.

## **VI – 8º CONGRESSO BRASILEIRO DE JORNAIS**

Nos dias 19 e 20 de agosto de 2010, no Windsor Barra Hotel, no Rio de Janeiro, a ANJ realizou o 8º Congresso Brasileiro de Jornais, com a presença de mais de 700 inscritos, entre acionistas, executivos e profissionais de jornais de todo o país, e profissionais de diferentes setores do mercado de comunicação. O evento teve como tema geral “Jornalismo e Democracia na Era Digital”.

O grande destaque do 8º CBJ foi a presença dos candidatos à presidência da República Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva. Os três subscreveram a Declaração de Chapultepec, carta de princípios da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) que defende a liberdade de expressão como valor maior da democracia. Os candidatos fizeram pronunciamentos de compromisso inequívoco com a causa da liberdade de imprensa, com ampla repercussão e resultando em evidente ganho político e institucional para a ANJ.

O 8º CBJ centrou seus trabalhos nos desafios das empresas jornalísticas diante da nova realidade da internet e das mídias digitais, e na importância de se construir um modelo autossustentável de jornalismo de qualidade nesse mercado, fundamental não apenas para as empresas, mas para o debate democrático e independente.

Participaram do 8º CBJ especialistas estrangeiros, como Joshua Benton, diretor do Nieman Journalism Lab, da Universidade de Harvard; Robert Thomson, diretor de Redação do Wall Street Journal; e Gavin O’Reilly, então presidente da Associação Mundial de Jornais; além de nomes como Nelson

Sirotsky, diretor-presidente do Grupo RBS; Otávio Frias Filho, diretor de Redação da Folha de S.Paulo; Silvio Genesini, diretor-presidente do Grupo Estado; Emília Ribeiro, conselheira da Anatel; Demétrio Magnoli, sociólogo; Aluizio Maranhão, editor de Opinião de O Globo; e André Izay, presidente do Yahoo Brasil.

## **VII – PUBLICAÇÕES E COMUNICAÇÃO**

O Jornal ANJ, publicação bimestral da ANJ distribuída para mailing de mais de 6 mil formadores de opinião, segue sendo editado, com ampla cobertura das atividades dos associados, da indústria jornalística brasileira e das mais modernas tendências dos jornais em todo o mundo.

Foi aperfeiçoado o Informativo ANJ, seleção de notícias que saem na mídia relativas a questões da indústria jornalística e do mercado de comunicação em geral. Produzido a partir de clipping, o Informativo ANJ é distribuído todos os dias úteis para os e-mails dos executivos dos jornais associados. A publicação passou a dar especial atenção ao noticiário relativo aos negócios do novo mundo digital e também das telecomunicações.

A presidente da ANJ tem escrito regularmente artigos sobre temas de interesse dos jornais brasileiros, que vêm sendo oferecidos aos jornais associados. A publicação desses artigos tem resultado numa eficiente divulgação das posições da Associação diante da opinião pública e reforçado a defesa dos legítimos interesses do setor.

A presidente Judith Brito e o diretor executivo Ricardo Pedreira produziram o livro "As Melhores Primeiras Páginas dos Jornais Brasileiros". A publicação reúne capas de mais de cem jornais associados. Cada um dos jornais que atendeu à proposta escolheu a primeira página que julgou mais relevante em sua trajetória, resultando num significativo cenário do papel da imprensa diária brasileira como testemunha da história e agente de construção da cidadania. O livro foi distribuído entre os associados que participaram da edição com suas colaborações e a formadores de opinião de diversos segmentos da sociedade brasileira, numa iniciativa com o objetivo

de demonstrar a importância fundamental dos jornais brasileiros na nossa sociedade e na própria construção da democracia.

## **VIII – EVENTOS, PREMIAÇÕES E ENCONTROS**

No período abrangido por este relatório, a ANJ realizou uma série de eventos e iniciativas com o objetivo de debater e promover os temas mais relevantes de sua área de atuação.

Foi assim com o Fórum Internacional Liberdade de Imprensa e Poder Judiciário, realizado no dia 27 de maio de 2011 no Supremo Tribunal Federal. O evento reuniu cerca de 200 participantes, entre acionistas e executivos de jornais de todo o país, advogados, estudantes universitários e representantes de outras entidades de classe. Em conjunto com a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), a ANJ promoveu o Fórum com o objetivo de debater a questão da liberdade de imprensa no Brasil e nos países latino-americanos à luz das diferentes legislações nacionais e diferentes práticas dos poderes judiciários latino-americanos.

O Fórum foi aberto pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro César Peluso; o diretor executivo da SIP, Julio Muñoz; e a presidente da ANJ, Judith Brito. Teve ainda a participação dos ministros do STF Ayres Britto e Ellen Gracie, de juristas internacionais e brasileiros, e de jornalistas.

O Prêmio ANJ de Liberdade de Imprensa de 2011 foi entregue na abertura do Fórum ao jornal argentino Clarín, escolhido por simbolizar os problemas que os meios de comunicação da Argentina têm sofrido para exercer um jornalismo independente, em função de pressões por parte do governo. O Prêmio foi entregue ao presidente do Grupo Clarín, Hector Magneto, e ao editor-geral do jornal, Ricardo Kirschbaum, pelos filhos – Juliano e Felipe – de Sidnei Basile, vice-presidente de Relações Institucionais do Grupo Abril, falecido em março de 2011, e personalidade de destacada atuação na defesa da liberdade de imprensa.

Em 2010, durante o 8º CBJ, o Prêmio ANJ de Liberdade de Imprensa foi concedido à Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), pela permanente

atuação da entidade na defesa da liberdade de imprensa nas Américas, sobretudo diante das ações autoritárias de alguns governos da América do Sul. A premiação foi entregue pela presidente da ANJ, Judith Brito, ao conselheiro da SIP, Júlio César Mesquita.

No dia 2 de maio de 2011 houve a entrega do 9º Prêmio ANJ de Criação Publicitária, em São Paulo. Em sua nona edição, a premiação teve número recorde de inscritos, 1.497. O grande vencedor foi o anúncio "Sorriso", criado pela dupla Gustavo Azevedo e Nader Shousha, da agência Script, do Rio de Janeiro. A premiação foi a inscrição da peça no Festival de Cannes de 2011, além de passagens e hospedagem para os profissionais da agência que trabalharam na criação, atendimento e mídia participarem do Festival.

Como tem sido padrão na atual gestão da ANJ, a Diretoria procurou, em todas as suas reuniões, regularmente, convidar para exposições e troca de ideias representantes de outros setores do mercado de comunicação, empresários e autoridades governamentais. Dessa forma, no período deste relatório, a Diretoria da ANJ recebeu a ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Helena Chagas; o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo; o representante da Unesco no Brasil, Vincent Defourny; o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes; o vice-presidente e conselheiro geral da Associated Press, Srinandan Kasi; o jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva, do Instituto Brasileiro de Pesquisa em Comunicação; e o consultor e ex-integrante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), Cleveland Prates.

No dia 13 de julho de 2011, a presidente da ANJ, Judith Brito, foi recebida em almoço, em Florianópolis, pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), durante o lançamento da edição 2011 do Prêmio FIESC de Jornalismo. No evento, Judith fez palestra sobre a indústria jornalística brasileira. Em Florianópolis, teve também audiência com o governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo.

Numa outra frente de atuação, junto às universidades brasileiras, a ANJ realizou de 25 a 29 de outubro de 2010 um ciclo de seminários intitulado "Jornalismo e Democracia na Era Digital". Em universidades de Porto

Alegre, Florianópolis, Vitória, Fortaleza e Brasília, o Prof. PhD Sílvio R. Waisbord (George Washington University e Editor do The International Journal of Press/Politics) expôs e debateu o tema para estudantes de jornalismo, com a mediação do assessor de comunicação da ANJ, Carlos Müller.

## **IX - CAMPANHA "O VALOR DO JORNALISMO"**

A Diretoria da ANJ determinou a criação e veiculação nos jornais associados de campanha institucional com o objetivo de defender os princípios do jornalismo independente e de qualidade, chamando a atenção dos formadores de opinião para a importância desse jornalismo – devidamente remunerado – para a manutenção da democracia.

A campanha "O Valor do Jornalismo" teve três anúncios com exemplos de grandes coberturas jornalísticas importantes para a cidadania, criados pela agência de publicidade Fischer+Fala e veiculados nos jornais associados.

A ação se inseriu no permanente empenho da Diretoria de valorizar e defender o jornalismo profissionalizado, sobretudo diante do entendimento de alguns setores de que, com o advento da internet e das mídias digitais, não é mais necessária a remuneração para acessar informações jornalísticas de qualidade.

## **X – PUBLICAÇÃO DE BALANÇOS**

Em junho de 2011, a Diretoria da ANJ alcançou importante vitória, com o veto da presidente Dilma Rousseff ao art. 7º do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2011, que desobrigava a publicação em jornais das demonstrações financeiras e de atos societários das companhias abertas de pequeno e médio portes.

Esse artigo havia sido incluído em Medida Provisória aprovada pelo Congresso, que tratava de tema inteiramente diverso, e resultaria em pesados prejuízos para os jornais associados, principalmente aqueles dedicados preferencialmente à cobertura econômico-financeira, e que têm na publicação de balanços sua principal fonte de faturamento publicitário.

Depois de aprovada a Medida Provisória pelo Congresso, restava apenas o veto presidencial como solução para o problema. A Diretoria da ANJ e o Comitê de Relações Governamentais mobilizaram dirigentes dos jornais mais afetados, e atuaram junto à Casa Civil da Presidência da República e à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, entre outros ministérios. A recém-criada Federação Nacional das Empresas de Jornais e Revistas (FENAJORE), por meio do seu presidente, Paulo Pimentel, também atuou fortemente na defesa dos interesses dos jornais.

Parecer técnico especialmente encomendado pela Diretoria da ANJ foi encaminhado à Casa Civil da Presidência da República, defendendo que os princípios da transparência e o baixo custo para as empresas justificam a manutenção da atual legislação, que determina a publicação de balanços em jornais impressos.

A presidente Dilma Rousseff, atendendo à exposição de motivo da ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Helena Chagas, acabou vetando o artigo. Mas persistem no Congresso iniciativas para desobrigar a publicação de balanços, que vêm sendo permanentemente acompanhadas e combatidas pela ANJ.

## **XI – FENAJORE**

A Diretoria da ANJ teve atuação determinante, no período deste relatório, nos procedimentos finais que resultaram na criação da Federação Nacional das Empresas de Jornais e Revistas (FENAJORE), assim como o fez desde o início.

No dia 12 de maio de 2011, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, compareceu à sede da ANJ para entregar a carta sindical da FENAJORE, presidida por Paulo Pimentel, do grupo O Estado do Paraná, Conselheiro da ANJ e também presidente do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado do Paraná. Integram inicialmente a Federação, além do Sindicato do Paraná, os Sindicatos de São Paulo (capital), Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro (município).

A nova Federação tem grande importância para a indústria jornalística brasileira, na medida em que passa a ser, no plano federal, a representante sindical da mídia impressa, com poderes, inclusive, para tomar iniciativas junto ao Supremo Tribunal Federal.

## **XII – COMITÊS DA ANJ**

### **COMITÊ DE ASSOCIADOS**

VP.: Luciana de Alcântara Dummar – O Povo (CE)

DIRETOR: Túlio da San Biagio – O Diário de Mogi (SP)

### **COMITÊ EDITORIAL**

VP.: Nelson Sirotsky – Zero Hora (RS)

DIRETOR: Marcelo Rech – Zero Hora (RS)

#### **Subcomitê de Design e Fotografia**

COORDENADOR: Léo Tavejnhansky – O Globo (RJ)

### **COMITÊ DE ESTRATÉGIAS DIGITAIS**

Conselheiro responsável: Silvio Genesini – O Estado de S.Paulo (SP)

DIRETOR: Antonio Athayde – ANJ (SP)

### **COMITÊ DE GESTÃO**

VP.: Sylvino de Godoy Neto – Correio Popular (SP)

DIRETOR: Moacir Teixeira Dias – Correio Popular (SP)

#### **Subcomitê de Indicadores**

COORDENADOR: Heinz Jürgen Soboll – Correio Popular (SP)

#### **Subcomitê Contábil-Fiscal**

COORDENADOR: Jurandir Bragança Júnior – A Tarde (BA)

### **COMITÊ JURÍDICO**

VP.: Jaime Câmara Júnior – O Popular (GO)

DIRETOR: Guliver Augusto Leão – O Popular (GO)

### **COMITÊ DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

VP.: Francisco Mesquita Neto – O Estado de S.Paulo (SP)

DIRETOR: Paulo de Tarso Nogueira – O Estado de S.Paulo (SP)

### **COMITÊ MERCADO ANUNCIANTE**

Presidente: Judith Brito – Folha de S.Paulo (SP)

DIRETOR: Antônio Carlos Moura – Folha de S.Paulo (SP) – jul./09 a jul./11

Leonardo César – Correio\* (BA) – a partir de jul./11

#### **Subcomitê de Classificados**

COORDENADORA: Elaine Dias – O Estado de S.Paulo (SP)

### **COMITÊ MERCADO LEITOR**

VP.: Walter de Mattos Junior – Diário LANCE! (RJ)

DIRETOR: Afonso Cunha – Diário LANCE! (RJ)

### **COMITÊ DE RECURSOS HUMANOS**

VP.: Carlos Fernando Lindenberg Neto – A Gazeta (ES)

DIRETOR: Helder Luciano de Oliveira – A Gazeta (ES)

### **COMITÊ DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS**

VP.: João Roberto Marinho – O Globo (RJ)

DIRETOR: Paulo Tonet Camargo – Grupo RBS-Zero Hora (DF)

### **COMITÊ DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

VP.: Mário Gusmão – Jornal NH (RS)

DIRETOR: Paulo de Tarso Nogueira – O Estado de S.Paulo (SP)



## **COMITÊ DE RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Conselheiro Responsável: Guilherme Döring Cunha Pereira – Gazeta do Povo (PR)

DIRETORA: Clarice López de Alda – Gazeta do Povo (PR)

### **Programa Jornal e Educação**

COORDENADORA EXECUTIVA: Cristiane Parente – ANJ (DF)

## **COMITÊ DE TECNOLOGIA E OPERAÇÕES**

VP.: Sylvino de Godoy Neto – Correio Popular (SP)

DIRETOR: Amim Ali Filho – Correio Popular (SP)

### **Região I - Sul**

COORDENADOR: Eduardo Antunes de Souza – Zero Hora (RS)

### **Região II - Sudoeste**

COORDENADOR: José Odair Bertoni – O Estado de S.Paulo (SP)

### **Região III - Centro**

COORDENADOR: Guilherme Augusto Machado – Estado de Minas (MG)

### **Região IV – Centro-Oeste**

COORDENADOR: João Pojucam de Moraes – O Liberal (PA)

### **Região V – Leste**

COORDENADOR: Rodrigo Schoenacher Pacheco – Infoglobo (RJ)

### **Região VI – Noroeste**

COORDENADOR: Sátyro Gil de Souza – Jornal do Commercio (PE)

## **XIII – ATIVIDADES DOS COMITÊS**

### **1. Comitê de Associados**

O Comitê de Associados tem buscado aumentar o número de filiações, por meio de contatos diretos e outras formas, tais como a distribuição do Jornal ANJ a jornais não associados, de modo a dar-lhes conhecimento das numerosas atividades da Associação em favor da indústria jornalística brasileira. Outra ação é o oferecimento de vantagens para jornais não associados quando inscritos em eventos realizados pela ANJ, como o Congresso de Tecnologia e o Seminário de Circulação.

Em julho de 2010 a ANJ contava com 146 jornais associados. Já em julho de 2011, este número subiu para 152 jornais.

Entre agosto de 2010 e julho de 2011, houve 53 pedidos de informação sobre processo de filiação. Doze novas filiações foram concretizadas nesse período: Bom Dia São José dos Campos (São José dos Campos/SP), Bom Dia Taubaté (Taubaté/SP), Correio da Tarde (Mossoró/RN), Correio do Tocantins (Marabá/PA), Diário do Comércio (Belo Horizonte/MG), Diário do Litoral (Santos/SP), Gazeta de Notícias (Rio de Janeiro/RJ), Jornal do Dia (Aracaju/SE), Jornal Exemplo (Indaiatuba/SP), Massa! (Salvador/BA), O Diário de Teresópolis (Teresópolis/RJ) e Propmark (São Paulo/SP); além da retomada de filiação do Diário dos Campos (Ponta Grossa/PR).

### **2. Comitê Editorial**

Desde antes do 8º Congresso Brasileiro de Jornais, em agosto de 2010, quando o debate sobre a autorregulamentação foi um dos destaques, o Comitê Editorial dedicou-se preferencialmente ao tema. A partir de levantamentos feitos pela ANJ sobre experiências e modalidades de autorregulamentação em diferentes países, o Comitê, sob a coordenação do vice-presidente Nelson Sirotsky, trabalhou para propor à Diretoria da Associação uma forma de autorregulamentação para os jornais associados.

No início de 2011, foi apresentada à Diretoria da ANJ proposta de adoção de um sistema de autorregulamentação descentralizado, em que a ANJ, depois de mudanças em seu Estatuto, pudesse exigir de seus associados que adotassem práticas públicas e transparentes com seus leitores, no sentido de responder críticas, fazer correções e prestar esclarecimentos.

O Programa Permanente de Autorregulamentação foi aprovado pela Diretoria e demandou mudanças no Estatuto da ANJ, aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária. Todos os jornais associados, conforme determina o Estatuto, deverão se adequar ao Programa.

Como forma de orientar os jornais associados a se enquadrar no Programa, a ANJ, sob a orientação do Comitê Editorial, preparou cartilha com exemplos de práticas e ações de relacionamento com leitores. Da mesma forma, criou espaço no site da entidade com detalhamento do Programa e para que os associados possam inscrever suas práticas, em atendimento ao que determinam as mudanças no Estatuto.

### **3. Comitê de Estratégias Digitais**

Em substituição ao Comitê de Negócios Digitais, o Comitê de Estratégias Digitais trabalhou intensamente nesse período, em reuniões mensais, sob permanente acompanhamento da diretoria, numa agenda com vistas a buscar um melhor posicionamento para as empresas jornalísticas na realidade do mercado imposta pelo advento da internet e das mídias digitais. Os principais tópicos dessa agenda são:

- ✓ Relacionamento com agregadores, como o Google;
- ✓ Criação de um marketplace para a comercialização dos jornais associados;
- ✓ Remuneração dos jornais pelas empresas de clipping;
- ✓ Digitalização dos acervos dos jornais associados;
- ✓ Cobrança e fechamento de conteúdo;

- ✓ Apple, tablets e intermediários.

Dessa agenda, as principais ações do Comitê no período foram:

- ✓ Projeto “Uma Linha” – O Comitê promoveu entendimentos com o Google, o mais relevante dos sites de busca, no sentido de reduzir a quantidade de conteúdo jornalístico nos resultados de busca do Google News, a fim de levar os internautas a se interessar por buscar esse conteúdo nos próprios sites dos jornais. O Google concordou que as informações jornalísticas passassem a ficar expostas apenas em uma linha. Depois de um período de experiência e diante da constatação de que é reduzida a influência do Google News na audiência dos sites jornalísticos, o Comitê recomendou a saída dos jornais associados do Google News.
- ✓ Fechamento de conteúdos – Em paralelo ao projeto “Uma Linha”, o Comitê tem debatido a conveniência de uma ação conjunta dos jornais associados no sentido de fechar parte de seus conteúdos na internet, com o objetivo de estimular seu pagamento. O debate está em curso, mas a tendência é recomendar algum tipo de restrição ao acesso a esses conteúdos, na linha do que vem sendo feito com sucesso em outros países, a exemplo do The New York Times.
- ✓ Digitalização dos acervos jornalísticos – O Comitê trabalhou para buscar soluções para os jornais que desejem digitalizar seus arquivos impressos, de modo a disponibilizá-los pela internet, sobretudo com fins comerciais. Foram identificadas empresas que prestam esse tipo de serviço, ao mesmo tempo em que está sendo produzida cartilha sobre um modelo de digitalização que pode ser feito internamente por cada jornal, baseado na experiência exitosa de A Gazeta, de Vitória (ES). Essa cartilha será distribuída aos jornais associados, junto com vídeo que expõe o passo a passo do processo.
- ✓ Empresas de clipping – O Comitê está trabalhando com a empresa Digital Pages para criar um software que permita a remuneração aos jornais, por parte das empresas de clipping, dos seus conteúdos.

- ✓ Marketplace – Autorizado pela Diretoria, o Comitê está conduzindo entendimentos com a Editora Abril para que os jornais da ANJ possam ser comercializados nas mídias digitais por meio do IBA – o marketplace que será lançado pela editora. Esse movimento vem sendo feito em paralelo ao debate sobre a remuneração dos conteúdos jornalísticos na internet, havendo consenso de que os jornais precisam com urgência buscar formas de fechamento e remuneração de seus conteúdos.
- ✓ Tablets – Por determinação da diretoria, o Comitê está estudando uma forma de compra conjunta, a baixo custo, de tablets que possam ser utilizados pelos jornais associados junto aos seus mercados na captação de assinaturas nas mídias digitais.

O Comitê sugeriu e a diretoria concordou que os jornais associados devem buscar num prazo curto o término da veiculação não remunerada de seus conteúdos nos tablets, especialmente o mais popular deles, o iPad, da Apple. O Comitê tem se posicionado também contra o modelo de assinaturas proposto pela Apple, com percentual de 30% para comercialização e condições inadequadas em relação ao uso do banco de dados dos assinantes.

#### **4. Comitê de Gestão**

O Comitê de Gestão promoveu, nesse período de um ano, ampla troca de experiências de práticas de inovações relacionadas à gestão de empresas jornalísticas. Realizou reuniões bimestrais, das quais participaram também os coordenadores dos grupos de Indicadores e Contábil-Fiscal, tendo como principal foco o desenvolvimento e aprimoramento de pesquisa sobre os Indicadores de Gestão dos Jornais.

Os Indicadores de Gestão dos Jornais é um banco de dados acumulado desde 2002 e conta atualmente com a participação de 13 empresas jornalísticas, que fornecem regularmente 27 indicadores de desempenho em diferentes áreas da gestão empresarial. Esse quadro comparativo permite a

cada jornal melhor avaliar seu desempenho diante da realidade média do mercado e constitui valioso instrumento para buscar maior eficiência empresarial.

O Comitê de Gestão atuou também na implantação das alterações das Normas-Padrão decorrentes do disposto do art. 19 da Lei nº 12.232, relacionadas à forma de faturamento da publicidade veiculada pelos jornais. Nesse sentido, houve interlocução frequente do comitê com o presidente do Conselho Executivo das Normas-Padrão (CENP), Caio Barsotti. Nesse processo, o esforço tem sido esclarecer agências de publicidade e anunciantes sobre as mudanças decorrentes da nova legislação, que determina o faturamento dos 20% do valor do investimento publicitário diretamente às agências. As novas normas estão sendo implantadas a contento.

Também nesse período acompanhou e participou da criação da Federação Nacional das Empresas de Jornais e Revistas (FENAJORE), entidade que terá poderes de representação dos jornais, entre outras atribuições, em questões tributárias, trabalhistas e previdenciárias, objetivando, ainda, a qualificação profissional do meio.

Finalmente, o Comitê de Gestão realizou regularmente intensa troca de informações sobre temas como: emissão de documentos fiscais para publicidade, tributos incidentes sobre as receitas e respectivas alíquotas, regime de tributação, forma de pagamento das comissões às agências de publicidade, implantação do SPED (Contábil e Fiscal) nos prazos e requisitos exigidos pela Receita Federal, metodologia orçamentária e redução de custos, NF-e, e recuperação de recolhimentos de INSS sobre períodos não trabalhados.

## **5. Comitê Jurídico**

O Comitê Jurídico tem promovido a interação entre as áreas jurídicas dos jornais associados, provocando o debate e a troca de informações sobre temas comuns, com o objetivo de aprimorar a defesa dos interesses do setor. O Comitê desenvolve, ainda, atividade permanente de consultoria

jurídica aos associados, por meio de estudos e pareceres. Para isso, tem como contratado o escritório de advocacia Galvão, Jobim e Vieira de Carvalho Advogados, cujo trabalho tem sido de grande eficiência.

Entre os temas objeto do Comitê no período, destacam-se:

- Fim da Lei de Imprensa - No dia 16 de julho de 2010, o Comitê Jurídico realizou em Florianópolis o evento "O Fim da Lei de Imprensa e o Poder Judiciário", em promoção conjunta com a Associação dos Magistrados Catarinenses e a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, e com o apoio do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, da Associação dos Magistrados Brasileiros e do Grupo RBS. Ainda neste ano de 2011, serão realizados outros dois eventos com o mesmo tema, em Porto Alegre e Fortaleza, com o objetivo de reunir elementos que permitam à ANJ se posicionar da melhor forma possível na discussão sobre uma eventual legislação em substituição à extinta Lei de Imprensa.

- Eleições 2010 - O Comitê Jurídico editou cartilha com orientações aos jornais associados a respeito dos efeitos da legislação eleitoral em vigor no exercício do jornalismo. A cartilha foi disponibilizada no site da ANJ, e a versão impressa foi enviada aos jornais associados. Além da cartilha, o Comitê respondeu prontamente, durante todo o pleito, a consultas dos associados sobre a legislação eleitoral.

- Nota Fiscal Eletrônica - o Comitê montou um grupo de trabalho específico para tratar da questão e contratou pareceres defendendo a não obrigatoriedade da NF-e para os jornais, já que eles se beneficiam do princípio constitucional da imunidade tributária. Nesse trabalho, o Comitê já conseguiu dois adiamentos da entrada em vigor da obrigatoriedade da emissão da NF-e para os jornais. A princípio, os jornais precisarão se adequar à nova regra a partir de 1º de janeiro de 2012. Mas o comitê trabalha junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) pela adoção de um regime especial para cumprimento de obrigações tributárias acessórias nas operações com jornais e o papel destinado à sua impressão.

- ICMS sobre publicidade - Em conjunto com o Comitê de Relações Governamentais, o Comitê Jurídico tem participado ativamente na busca de uma solução para as autuações de ICMS sobre publicidade de editais que estão sendo feitas pela Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro, numa tentativa do estado de derrubar a imunidade constitucional do setor. A ANJ contratou pareceres sustentando a inconstitucionalidade da iniciativa da Receita fluminense, buscando, dessa forma, não apenas evitar sua efetivação no estado do Rio de Janeiro, mas também impedir que ela se repita em outras unidades da Federação.

- Direito de Resposta - Com o fim da Lei de Imprensa, o Direito de Resposta, explicitamente previsto na Constituição, deixou de ser regulamentado. Tramitam no Congresso projetos de lei regulamentando esse direito, ao mesmo tempo em que alguns juristas defendem que não é necessária essa regulamentação e que a aplicação do direito de resposta deve acontecer a partir da jurisprudência criada pelas decisões do Poder Judiciário. Ocorre que alguns juízes já concederam liminares determinando o Direito de Resposta, antes mesmo do julgamento do mérito. Diante desse quadro, o Comitê Jurídico tem debatido qual deve ser o melhor posicionamento da ANJ - contrário ou favorável a uma regulamentação pelo Congresso. Até o fim deste ano, a partir dos workshops que acontecerão em Porto Alegre e Fortaleza, a ANJ definirá seu posicionamento e ação.

- Direitos Autorais - O Comitê tem discutido, em conjunto com o Comitê de Relações Governamentais, o anteprojeto do governo federal para uma nova lei dos direitos autorais, e já encaminhou às autoridades diversas sugestões, visto que o tema afeta os critérios para remuneração da produção jornalística.

- Imunidade Tributária na Internet - O Comitê realizou no dia 20 de maio de 2011, em São Paulo, o workshop "Veiculação de Publicidade e Obrigações Fiscais Acessórias", com a participação dos juristas Humberto Ávila e Luiz Roberto Peroba, do Escritório Pinheiro Neto. O evento teve também a presença de integrantes do Comitê de Gestão. Debateu-se a questão da imunidade tributária para livros, jornais e periódicos nas mídias



digitais, via internet. O tema é de grande complexidade e continuará sendo debatido pelo Comitê, junto com os demais comitês da ANJ, com vistas a submeter à Diretoria o encaminhamento mais adequado.

## **6. Comitê de Liberdade de Expressão**

A defesa da liberdade de expressão é compromisso histórico da ANJ e, nesse sentido, o Comitê de Liberdade de Expressão tem sido o principal instrumento da Associação.

Já no início do período abrangido por este relatório, no 8º CBJ, o Comitê participou dos entendimentos para que três candidatos à presidência da República – Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva – fossem ao evento. Os três estiveram no CBJ, com grande repercussão, e assumiram, pública e formalmente, compromisso com a liberdade de expressão, assinando a Declaração de Chapultepec – carta de princípios em defesa da liberdade de expressão criada pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP).

Apesar das garantias à liberdade de expressão inscritas na Constituição de 1988, em muitos momentos a atividade jornalística sofre limitações. Por isso, desde abril de 1997 a ANJ, por meio do Comitê, mantém o Programa de Defesa da Liberdade de Imprensa, que monitora e torna públicos casos contra o livre exercício do jornalismo e o direito da sociedade de ser livremente informada.

O Comitê considera que a ameaça mais constante à liberdade de expressão no Brasil parte hoje do Poder Judiciário, por meio de sentenças judiciais, geralmente liminares em primeira instância, que impõem censura prévia aos meios de comunicação, a propósito de evitar danos morais. O Comitê se manifesta com frequência e com veemência contra essas e outras iniciativas atentatórias à liberdade de imprensa. As manifestações são feitas geralmente por meio do vice-presidente responsável pelo Comitê, Francisco Mesquita Neto, assessorado pelo diretor, Paulo de Tarso Nogueira, e pelo

assessor de comunicação da ANJ, Carlos Müller. O detalhamento dessas manifestações encontra-se no Relatório de Liberdade de Imprensa.

O Comitê vem acompanhando as deliberações do Comitê Jurídico a respeito dos possíveis desdobramentos legais do fim da Lei de Imprensa – como a regulamentação do Direito de Resposta, e fim da exigência do diploma de jornalista para o exercício da profissão – como as mudanças na legislação sobre a regulamentação da profissão.

No período abrangido por este relatório, o Comitê de Liberdade de Expressão prosseguiu no seu trabalho de interação com outras entidades, como a SIP e a WAN-IFRA, no exterior, e a ANER e a ABERT, no Brasil, na defesa e promoção da liberdade de imprensa.

O Comitê participou ativamente da idealização, organização e realização do Fórum Internacional sobre Liberdade de Imprensa e Poder Judiciário, ocorrido no dia 27 de maio de 2011 no Supremo Tribunal Federal, cujos detalhes estão expostos no item VII deste relatório.

## **7. Comitê Mercado Anunciante**

Com o objetivo de dar mais eficiência à gestão do Comitê Mercado Anunciante, a diretoria executiva da ANJ transferiu para sua sede em Brasília o trabalho de secretaria do Comitê, que vinha sendo feita a partir de São Paulo. Foi avaliado que, com o apoio operativo centralizado em Brasília e com o envolvimento mais efetivo de toda a equipe executiva da ANJ, o Comitê seria mais bem atendido. Isso se deu logo após empossada a Diretoria da ANJ para o biênio 2010-2012.

O Comitê promoveu a atualização do site da ANJ nos conteúdos relativos ao mercado anunciante, sobretudo nas informações relevantes para as áreas comerciais dos jornais associados. Nesse aspecto, o site passou a ser mais funcional e estabeleceu maiores pontos de contato com entidades e instâncias relacionadas ao setor, como o Projeto Inter-Meios e o Conselho Executivo das Normas-Padrão. Foi feito todo um trabalho de atualização dos

dados comerciais dos jornais associados, com perfil dos leitores, percentuais de faturamento, preços de tabela etc.

No segundo semestre de 2010 o Comitê trabalhou na reformulação e organização do Prêmio ANJ de Criação Publicitária, com vistas à sua nona edição.

A premiação passou a ser dirigida, além de aos profissionais de Criação e Mídia, também aos profissionais de Atendimento, e teve aumentado o número de categorias. Houve um número recorde de inscrições – 1.497 –, e o evento de entrega do Prêmio aconteceu no dia 2 de maio de 2011. O vencedor da grande premiação nacional foi o anúncio “Sorriso”, da agência Script, do Rio de Janeiro, veiculado no jornal O Globo. A premiação foi a inscrição do anúncio no Festival de Publicidade de Cannes, além das passagens e hospedagem dos profissionais envolvidos no trabalho.

No segundo semestre de 2011, o Comitê iniciou trabalho para aumentar o número de jornais associados a fornecer seus dados de faturamento ao Projeto Inter-Meios. Apenas um terço dos jornais associados à ANJ fornece informações para o Inter-Meios, que é o grande referencial do mercado de comunicação brasileiro em relação aos investimentos publicitários nas diferentes mídias. Historicamente, vem caindo a participação dos jornais no bolo publicitário, em razão da grande fragmentação dos investimentos. Caso um número maior de jornais associados passe a informar seu faturamento publicitário ao projeto, a fatia certamente será maior, melhorando a percepção do mercado anunciante em relação aos jornais como veículos publicitários.

Dessa forma, o Comitê Mercado Anunciante iniciou em junho de 2011 uma série de encontros de representantes do Inter-Meios com jornais associados, com o objetivo de explicar o funcionamento do projeto e a importância de os jornais contribuírem com suas informações. Foi realizada reunião com representantes de onze jornais do interior de São Paulo, com todos assumindo o compromisso de aderir ao projeto. Novas reuniões, em diferentes regiões do país, serão organizadas pelo Comitê Mercado Anunciante nos próximos meses.

O Comitê decidiu substituir os tradicionais anúncios-calendário, que há vários anos a ANJ vem distribuindo para publicação nos jornais associados, por anúncios que demonstrem a eficiência dos jornais como veículos publicitários. Nesse sentido, foi encomendada campanha à nova agência de publicidade da ANJ, a Heads, que será veiculada nos próximos meses. Já no espírito dessa campanha, e por demanda do Comitê Mercado Anunciante, a agência produziu anúncio de oportunidade sobre a circulação recorde dos jornais brasileiros no primeiro semestre de 2011, conforme dados divulgados pelo IVC.

## **8. Comitê Mercado Leitor**

O Comitê Mercado Leitor trabalhou preferencialmente, nesse período, na organização do VIII Seminário Nacional de Circulação, que se realizará nos dias 29 e 30 de agosto de 2011. O encontro, que acontece a cada dois anos, desta vez debaterá temas como: os próximos cinco anos da indústria de jornal no Brasil, as melhores práticas de relacionamento com pontos de venda, as experiências nacionais e internacionais de monetização de conteúdo digital, a captação de assinaturas para as mídias digitais e o consumo de informação jornalística por parte das classes emergentes.

Como aconteceu no Seminário anterior, o Comitê obteve grande sucesso com a venda de estandes e captação de patrocínios, que, junto com as inscrições, deverão ser responsáveis pelo custeio do evento e, possivelmente, algum resultado positivo.

Outra importante linha de ação do Comitê foi o relacionamento com o Instituto Verificador de Circulação (IVC). Por meio de representantes no Comitê de Jornais do IVC, o Comitê Mercado Leitor da ANJ vem acompanhando e participando das ações do Instituto em relação à auditoria da audiência dos jornais em mídia digital, um tema prioritário daqui para frente.

O Comitê vem participando no IVC também da construção de um modelo de auditoria de circulação para jornais de pequeno e médio portes, com custos menores, o que permitirá maior adesão desses jornais ao Instituto. Paralelamente, estão sendo feitos entendimentos com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM-PR), no sentido de que o governo federal direcione seus investimentos publicitários para jornais com auditoria de circulação, seja ela feita pelo IVC ou por outra instituição de credibilidade. No entendimento do Comitê, será medida de largo alcance, que estimulará os jornais a aumentar seu nível de profissionalismo em relação aos mercados leitor e anunciante.

## **9. Comitê de Recursos Humanos**

O Comitê de Recursos Humanos tem promovido intensa troca de informações sobre as negociações coletivas de trabalho, de modo a alinhar estratégias das empresas afiliadas nesse campo. Contudo, isso é conduzido com a preocupação de preservar as realidades específicas de cada mercado e de cada empresa jornalística, sem que haja a adoção de ações e políticas padronizadas.

O Comitê tem trocado informações e promovido debate também sobre diversos temas direta ou indiretamente relacionados à gestão de recursos humanos das empresas jornalísticas, tais como:

- Convergência/crescimento da mídia digital;
- Entrada de novos players no mercado (concorrentes não tradicionais);
- Impacto de grandes eventos – como Olimpíadas e Copa do Mundo
  - na retenção de pessoas;
- Mudança de hábitos de consumo em decorrência das novas tecnologias;

- Exigência de novos perfis de profissionais/falta de pessoal qualificado no mercado;
- Choque de gerações e gestão das empresas;
- Formas de remuneração diferenciadas;
- Melhoria nos processos e consequente redução de custos;
- Atração e retenção de pessoas-chave (desenho de carreira e sucessão);
- Evolução da organização em formas de gestão, atração e retenção;
- Evolução nas formas de remuneração e desenvolvimento para os novos perfis de profissionais.

O Comitê tem trabalhado para fomentar a elaboração de processos que garantam a transparência no relacionamento com os públicos de interesse, como manuais de ética, valores e princípios, em alinhamento ao processo de autorregulamentação determinado pela Diretoria.

O Comitê tem estimulado que os jornais estabeleçam convênios com instituições educacionais, por meio de iniciativas de formação e treinamento.

No esforço de promover iniciativas que possam colaborar com os jornais associados no sentido de aprimorar seus métodos e práticas na área de Recursos Humanos, o Comitê está organizando o seminário "Carreiras, Retenção de Talentos e Sucessão". O objetivo é ter a parceria da Fundação Instituto de Administração (FIA) da Universidade de São Paulo (USP), a quem caberia a organização e exposição do conteúdo e material didático. O evento será realizado no dia 1º de setembro.

## **10. Comitê de Relações Governamentais**

O Comitê de Relações Governamentais tem atuado no campo institucional, acompanhando projetos de interesse das empresas jornalísticas no Congresso e promovendo a defesa desses interesses no Legislativo, Executivo e Judiciário. O Comitê também tem sido responsável pela interação da ANJ com outras entidades representativas dos meios de comunicação, como a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e a Associação Nacional dos Editores de Revistas (ANER).

O Comitê contratou empresa especializada e desenvolveu um sistema de acompanhamento de proposições legislativas de interesse do setor, e cada associado, mediante senha individualizada, pode acessar o sistema e pesquisar os projetos por temas, assuntos, parlamentares, pareceres etc., que são atualizados diariamente pela equipe do Comitê.

Entre os projetos que tramitam no Congresso e que vêm sendo monitorados, destacam-se:

- Direito de Resposta – Com o fim da Lei de Imprensa, tramitam no Congresso projetos regulamentando o Direito de Resposta, e o Comitê, junto com o Comitê Jurídico, vem debatendo o melhor encaminhamento da questão: regulamentação equilibrada e sem exageros, a cargo do Congresso; ou criação de jurisprudência a partir das decisões do Poder Judiciário.
- Restrições à Propaganda – São inúmeras e frequentes as iniciativas legislativas com pretensão de restringir a propaganda, e o Comitê ocupa-se de forma permanente para evitar que prosperem, atendendo o princípio da defesa da liberdade de expressão comercial.
- Imunidade Tributária – O Comitê também monitora e trabalha no sentido de impedir o sucesso de iniciativas legislativas que visam a contornar o princípio constitucional da imunidade tributária para os jornais.

- Publicação de balanços – São crescentes as tentativas para eliminar a obrigatoriedade da publicidade legal nos jornais. O Comitê tem se esforçado para abortar tais tentativas. Uma das vitórias mais expressivas do Comitê de Relações Governamentais nessa área foi o veto da presidente Dilma Rousseff aos artigos que foram incluídos, pelo Congresso Nacional, na MP nº 517/2010, que desobrigava a publicação de balanços nos jornais.

- Exigência do Diploma de Jornalista – Mesmo com a decisão do Supremo Tribunal Federal de considerar inconstitucional a exigência do diploma de jornalista para o exercício da profissão, tramitam no Congresso duas propostas – uma na Câmara e outra no Senado – para incluir tal exigência na Constituição. O Comitê vem trabalhando junto aos parlamentares e às lideranças das duas Casas no sentido de demonstrar a absoluta inadequação dessas propostas de emenda constitucional, que afrontam decisão da mais alta Corte do país.

- Fim da Lei de Imprensa – Fora da esfera legislativa, o Comitê de Relações Governamentais participou, junto com o Comitê Jurídico e ainda o Comitê de Liberdade de Expressão, da realização, no dia 16 de julho de 2010, em Florianópolis, do evento “O Fim da Lei de Imprensa e o Poder Judiciário”. Foi uma promoção conjunta com a Associação dos Magistrados Catarinenses e a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, com o apoio do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, da Associação dos Magistrados Brasileiros e do Grupo RBS. Na ocasião foram discutidas as questões jurídicas decorrentes da revogação da Lei de Imprensa, entre as quais a aplicação do Direito de Resposta, a publicação de sentenças condenatórias, o foro de competência para julgamento das ações de dano moral e os efeitos penais do fim da lei. Como teve boa repercussão, os comitês pretendem realizar mais 2 eventos ainda neste ano de 2011, em Porto Alegre e Fortaleza, com o mesmo tema.

- Art. 222 da Constituição – O Comitê também tem trabalhado intensamente, por determinação da Diretoria da ANJ, em ações com vistas a defender os princípios do art. 222 da Constituição, que define limites para a participação estrangeira em empresas jornalísticas. Continua tramitando



junto à Procuradoria Geral da República representação da ANJ contra a participação estrangeira no jornal Brasil Econômico. O assunto já foi debatido por representantes do Comitê com o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, que está examinando a possibilidade de definir uma legislação que atribua ao seu ministério a prerrogativa de fazer valer o princípio constitucional da limitação à participação estrangeira em empresas jornalísticas.

- Nota Fiscal Eletrônica - O Comitê trabalha, junto com o Comitê Jurídico, na defesa da proposta feita pela ANJ ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) para a adoção de um regime especial para cumprimento de obrigações tributárias acessórias nas operações com jornais e o papel destinado à sua impressão. A entrada em vigor da obrigatoriedade da emissão da NF-e foi adiada para 1º de janeiro de 2012, após pleitos da ANJ.

- ICMS na Publicidade - O Comitê tem atuado, com o Comitê Jurídico, junto ao governo do Rio de Janeiro em busca de uma solução para as autuações da Secretaria da Fazenda desse estado, objetivando cobrar ICMS sobre publicidade de editais.

- Direitos Autorais - Com apoio do Comitê Jurídico, o Comitê de Relações Governamentais enviou diversas sugestões ao anteprojeto do governo federal que irá alterar a lei dos direitos autorais, por ser importante para o setor.

- Isenção Tributária na Internet - O Comitê estuda maneiras de implementar as ações legislativas propostas pelo Comitê Jurídico, sugeridas no workshop "Veiculação de Publicidade e Obrigações Fiscais Acessórias".

- Fórum Internacional sobre Liberdade de Imprensa e Poder Judiciário - O Comitê participou ativamente do evento, promovido no dia 27 de maio de 2011 pela ANJ em conjunto com a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), no Supremo Tribunal Federal.

– Publicação de Balanços – O Comitê teve atuação especialmente notável na decisão da presidente Dilma Rousseff de vetar o artigo do projeto de lei de conversão que desobrigava publicação de balanços nos jornais impressos. Tal artigo havia sido incluído pelo Congresso, por uma manobra de bastidores, na MP nº 517/2010, que não tratava do assunto. O Comitê mobilizou representantes de vários jornais e articulou-se com a recém-criada Federação Nacional das Empresas de Jornais e Revistas (FENAJORE), a Imprensa Nacional e as Imprensas Estaduais (também prejudicadas pela desobrigação). Houve forte atuação junto ao governo, especialmente a Casa Civil da Presidência da República e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Ao final, o objetivo foi alcançado, com a presidente Dilma Rousseff vetando o artigo sob o argumento defendido pela ANJ de que a desobrigação da publicação de balanços nos jornais impressos prejudica a transparência no campo empresarial.

## **11. Comitê de Relações Internacionais**

O Comitê de Relações Internacionais tem sido o canal de interlocução da ANJ com as associações internacionais congêneres. Nesse sentido, acompanhou o processo que levou à fusão da Associação Mundial de Jornais (WAN) com a IFRA, entidade dedicada ao desenvolvimento tecnológico da imprensa. Elas formam agora a WAN-IFRA – Associação Mundial de Jornais e Editores de Notícias.

A ANJ está representada na direção da WAN-IFRA por seu vice-presidente Carlos Fernando Lindenberg Neto, do jornal A Gazeta, de Vitória (ES), que tem participado de eventos e deliberações da entidade.

Com a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), a interlocução da ANJ tem se dado principalmente por meio de Paulo de Tarso Nogueira, do jornal O Estado de S.Paulo, que comparece às reuniões da entidade, onde expõe as posições da ANJ e faz a interlocução necessária.

Como diretor do Comitê de Liberdade de Expressão e também do Comitê de Relações Internacionais, Paulo foi um dos responsáveis pelos entendimentos com a SIP com vistas à realização do Fórum Internacional Liberdade de

Imprensa e Poder Judiciário, realizado em 27 de maio de 2011, em Brasília, no Supremo Tribunal Federal.

Na ocasião do Fórum, a ANJ, demonstrando sua atenção ao que ocorre com a imprensa em outros países, concedeu ao jornal Clarín, da Argentina, o Prêmio ANJ de Liberdade de Imprensa 2011.

Mais recentemente, ainda na área das relações internacionais, a ANJ se uniu a outras quatro associações de jornais da América do Sul na elaboração e divulgação de manifesto contrário às iniciativas autoritárias e contrárias à liberdade de expressão do governo do Equador.

## **12. Comitê de Responsabilidade Social**

As principais atividades do Comitê de Responsabilidade Social têm acontecido no âmbito do Programa Jornal e Educação (PJE), que conta com 60 programas de jornais associados.

O trabalho desenvolvido pelo PJE foi reconhecido pela Associação Mundial de Jornais (WAN-IFRA) com a concessão, pela primeira vez, a três jornais brasileiros em diferentes categorias do Prêmio Mundial de Jovens Leitores. Foram premiados a Gazeta do Povo, de Curitiba, com o *To Prize*; A Gazeta, de Vitória, com o segundo lugar da *Commend*; e o Jornal da Manhã, de Ponta Grossa, com o terceiro lugar da *Special Mention*.

No PJE, houve intensa participação de sua coordenadora, Cristiane Parente, no acompanhamento de diversos eventos relacionados ao tema do uso de jornais como ferramenta de educação e cidadania. A troca de informações e experiências no âmbito do PJE tem sido feita também por meio de um blog e um perfil no Facebook, especialmente criado com esse objetivo.

No seu trabalho de divulgação do PJE e recolhimento de experiências educacionais em geral, e no âmbito da indústria jornalística, a coordenadora do programa participou de eventos nacionais e internacionais: III Congresso Latino-Americano de Compreensão Leitora (outubro de 2010, no Rio de Janeiro), Encontro do Comitê Young Readers

da WAN-IFRA (outubro de 2010, em Paris), Primeira Cumbre WAN-IFRA da América Latina (março de 2011, em Bogotá), Foro Prensa y Escuela – Prensa y Educación para Formar Ciudadania (março de 2011, em Bogotá).

A coordenadora tem também feito palestras sobre o papel dos jornais no processo educativo em diversas cidades do país: Franca/SP (agosto de 2010 – jornal Comércio da Franca), Camaçari/BA (agosto de 2010 – jornal A Tarde), Vitória/ES (março de 2011– jornal A Gazeta), Maringá/PR (junho de 2011 – jornal O Diário do Norte do Paraná).

Outras atividades do PJE nesse período foram a tradução de publicação da WAN-IFRA sobre a alfabetização e letramento de adultos por meio dos jornais, e sua distribuição para os jornais integrantes do programa; a parceria com o Instituto Ecofuturo no Prêmio Ecofuturo de Educação para Sustentabilidade; a tradução dos Guias “Internet e Família” e “Liberdade de Imprensa”, da WAN-IFRA, para serem trabalhados pelos jornais integrantes do programa junto às escolas; e a realização do Concurso de Jornais Escolas – Tema Liberdade de Imprensa, dirigido a estudantes de escolas que integram o programa.

### **13. Comitê de Tecnologia e Operações**

O Comitê de Tecnologia e Operações concentrou suas atividades do período na organização do XXV COMTEC – Congresso do Comitê de Tecnologia da ANJ, que acontecerá nos dias 31 de outubro e 1º de novembro de 2011, no Hotel Grand Hyatt, em São Paulo. O XXV COMTEC tratará de temas como: Sustentabilidade no Processo de Produção de Jornais, Tecnologia de Pré-Impressão; Operações ecologicamente corretas; Perspectivas para a Indústria de Jornais no Brasil e no Mundo; Relevância de Mídia Impressa na Visão do Mercado Publicitário; Formação e Gestão de Pessoal para a Área Industrial dos Jornais; Sinergia entre Escolas Técnicas e a Indústria Jornalística; e Indicadores de Produtividade, Qualidade e Custos na Produção de Jornais.

O diretor do Comitê, Amim Ali Filho, tem desenvolvido um trabalho de regionalização das atividades do grupo, com o objetivo de atuar junto a jornais de todo o país, e não apenas dos grandes centros. Nesse sentido, tem distribuído regularmente aos jornais informações periódicas sobre o comportamento do mercado.



# **RELATÓRIO DE LIBERDADE DE IMPRENSA**

**AGOSTO DE 2010 A JULHO DE 2011**

BRASÍLIA, 23 DE AGOSTO DE 2011.

## **I – COMITÊ DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

O Comitê de Liberdade de Expressão da ANJ, como vem fazendo desde a sua constituição, manteve-se ativo ao longo do período 2010-2011, abrangido pelo presente levantamento.

São os seguintes os principais fatos a registrar:

### **1. Lei de Acesso a Informações Públicas**

Desde 2004 a ANJ integra o Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, cujo objetivo é lutar pela aprovação de uma lei que garanta o direito de qualquer cidadão a ter acesso a informações produzidas por qualquer um dos três Poderes, em todas as esferas da administração pública. Em 13 de maio de 2009, o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou a mensagem ao Congresso Nacional relativa ao Projeto de Lei de acesso a informações públicas. Em 12 de abril de 2010, o projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados e esteve para ser votado pelo plenário do Senado no final de maio de 2011, mas foi retirado de pauta, segundo noticiado na ocasião, por pressão dos ex-presidentes e senadores José Sarney e Fernando Collor. No dia 13 de junho, o jornal O Estado de S.Paulo informou que a presidente Dilma Rousseff teria sido convencida a manter o sigilo eterno em certas condições. Dias mais tarde, a própria presidente confirmou que teria mudado de opinião, passando a aceitar os argumentos em favor do sigilo por prazo indefinido. Essa decisão levou a ANJ a divulgar nota de protesto. Posteriormente, o governo deu indicações de que voltaria a rever a restrição ao projeto e a endossar sua aprovação o que, entretanto, não ocorreu até a elaboração deste relatório.

### **2. Fórum Internacional Liberdade de Imprensa e Poder Judiciário**

O Fórum Internacional Liberdade de Imprensa e Poder Judiciário foi realizado no dia 27 de maio de 2011, na sede do Supremo Tribunal Federal

(STF), em Brasília, numa iniciativa da ANJ, da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) e do próprio Tribunal. Ao presidir a solenidade de abertura do Fórum, o presidente do STF, ministro Cezar Peluso, destacou que imprensa e judiciário têm muito a aprender um com o outro. A presidente da ANJ, Judith Brito, lembrou que o Supremo decretou o fim da antidemocrática Lei de Imprensa, incitando as empresas jornalísticas à autorregulamentação. Já o diretor executivo da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), Julio Muñoz, destacou que nos últimos 17 anos 20 países aprovaram legislações para abertura de informações públicas.

### **3. Eventos relativos à Liberdade de Expressão registrados pelo Comitê de Liberdade de Expressão da ANJ**

Entre 1º de agosto de 2010 e 26 de julho de 2011, ocorreram 31 eventos registrados pelo Comitê de Liberdade de Expressão da ANJ (ver síntese a seguir). Entre eles destaca-se um recrudescimento dos assassinatos (5). Paralelamente, é preocupante a quantidade de eventos gerados a partir de iniciativas do Poder Judiciário: dos 34 casos ocorridos, nove corresponderam a censura imposta por decisões judiciais, sendo três medidas restritivas determinadas por juízes da Justiça Eleitoral.

Como vem ocorrendo ao longo dos últimos anos, é motivo de especial preocupação que entre tais eventos esteja a ocorrência reiterada de decisões judiciais proibindo jornais de publicar reportagens sobre determinados temas.

No período compreendido por este levantamento confirmou-se a preocupação manifestada pelo Comitê de Liberdade de Expressão relativamente à ampliação do poder discricionário dos magistrados, especialmente os de 1º Grau, no julgamento de ações de antecipação de tutela, reparação de dano moral e de exercício do Direito de Resposta, a partir da revogação da Lei de Imprensa.



## Ocorrências – Agosto de 2010 a 26 de julho de 2011

### Assassinatos (5 casos)

**18 de outubro de 2010** – O jornalista e radialista Francisco Gomes de Medeiros, conhecido como F. Gomes, 48 anos, foi morto por cinco tiros do lado de fora de sua casa, no bairro Paraíba, na cidade de Caicó (304km de Natal), por dois homens em uma motocicleta, por volta das 21h do dia 18 de outubro. Segundo a Polícia Civil de Caicó, F. Gomes estava na calçada quando um homem em uma moto disparou vários tiros e fugiu. F. Gomes trabalhava na rádio Caicó e era repórter *freelancer* do jornal Tribuna do Norte. Ele também mantinha um blog com o seu nome e postou em setembro uma denúncia de suspeita de troca de votos por crack, na região do Seridó. João Francisco dos Santos confessou o crime dizendo que se tratava de retaliação com as matérias publicadas no blog. De acordo com a edição de 3 de dezembro do Diário de Natal, o apresentador da rádio Caicó teria sido abatido por ordem de Valdir Souza do Nascimento, preso e condenado em 2007 por tráfico de droga. Segundo a polícia, o traficante teria contratado o assassinato do jornalista de dentro da prisão de Alcaçuz, onde cumpre sua pena, a João Francisco dos Santos, conhecido como “Dão”, detido no dia seguinte ao crime. Francisco Gomes entravava os negócios do traficante, que prosseguia com suas atividades do interior da cadeia. Em **15 de dezembro de 2010**, o inquérito que apurava o caso foi concluído pelo delegado Ronaldo Gomes, titular da Divisão Especializada de Investigação e Combate ao Crime Organizado (Deicor), apontando a participação de João Francisco dos Santos, o “Dão”, Valdir Souza do Nascimento e um terceiro acusado. O fato de F. Gomes fazer matérias sobre narcotráfico na região teria incomodado o presidiário, que, segundo o delegado, ordenou que João matasse o jornalista em troca do perdão de dívidas. Em **23 de fevereiro de 2011**, o comerciante Lailson Lopes, 41, foi preso, acusado de ter ordenado o crime. Em **11 de maio**, durante interrogatório, João Francisco dos

Santos, autor material, assumiu que praticou o ato sozinho. Ele apresentou uma nova versão para o crime e alegou que agiu em legítima defesa. Lailson Lopes negou qualquer envolvimento com o assassinato.

**1º de novembro de 2010** – O jornalista José Rubem Pontes de Souza, diretor-presidente do Entre-Rios Jornal, de Três Rios, no estado do Rio de Janeiro, foi assassinado. A Associação Nacional de Jornais (ANJ) divulgou nota na qual manifestou pesar e indignação diante do assassinato do jornalista, acrescentando que aguardava rápida investigação do crime por parte das autoridades, com a descoberta das motivações e a identificação e prisão dos seus autores. Em **3 de novembro de 2010**, policiais da 107ª Delegacia de Polícia de Paraíba do Sul (RJ) prenderam o ex-policial militar Renato Demétrio de Souza, apontado como assassino de Rubem Pontes. De acordo com os agentes, o suspeito foi reconhecido por testemunhas como o autor dos disparos. Dando continuidade às investigações, agentes da 107ª DP (Paraíba do Sul) prenderam, em **12 de novembro**, na cidade de Bicas, em Minas Gerais, José Renato Serrão Hagge, conhecido como “Zé Renato”, suspeito de encomendar a morte do empresário e jornalista. Contra o suspeito foram expedidos três mandados de prisão, pela Vara de Expedição Penal do Rio de Janeiro. Ele foi localizado em seu sítio, às margens da BR- 267, com dois veículos roubados e várias peças de carro sem identificação. No local funcionava ainda uma rinha de galos, com cerca de 30 galos de briga e aves silvestres. Em **16 de novembro**, o juiz em exercício da 2ª Vara da Comarca de Paraíba do Sul, Flávio Silveira Quaresma, decretou a prisão preventiva do ex-policial militar Renato Demétrio de Souza.

**13 de abril de 2011** – A Associação Nacional de Jornais (ANJ) divulgou nota repudiando o assassinato do radialista e apresentador de televisão Luciano Leitão Pedrosa, 46 anos, ocorrido no dia 9 de abril, sábado, quando estava em um restaurante no bairro Bela Vista, em Vitória de Santo Antão, Zona da Mata do estado de Pernambuco. Pedrosa apresentava o programa Ação e Cidadania na TV Vitória, em que abordava temas policiais, e trabalhava na Rádio Metropolitana FM.

Segundo depoimentos de pessoas de suas relações, ele fazia parte da oposição ao governo municipal e já havia recebido ameaças de morte. Testemunhas relataram ter ouvido o assassino anunciar um assalto no momento do crime, mas as circunstâncias indicam que, na verdade, se tratou de execução praticada por um pistoleiro em represália às denúncias feitas em seus programas ou devido à sua atividade política. Em sua nota, a ANJ insistia junto às autoridades para que apurassem com presteza as circunstâncias do assassinato. No mesmo dia, um mototaxista, acusado de conduzir o veículo de fuga, foi preso. Até o momento da redação deste relatório não havia nenhum fato novo. A detenção não proporcionou mais elementos sobre os motivos do crime.

**4 de maio de 2011** – A Associação Nacional de Jornais (ANJ) divulgou nota condenando o assassinato do jornalista Valério Nascimento, ocorrido em 3 de maio, no quintal de sua casa, em Rio Claro, região sul do estado do Rio de Janeiro. Nascimento, que era proprietário do jornal Panorama Geral e presidente da associação de moradores na região, vinha publicando notícias sobre problemas relativos a irregularidades na gestão do prefeito de Bananal, David Morais, denunciando um possível caso de corrupção. Como ocorre nesses casos, a ANJ insistia junto às autoridades para que apurassem com presteza as circunstâncias do assassinato.

**15 de junho de 2011** – O presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) da cidade de Serra do Mel, no Rio Grande do Norte, Edinaldo Filgueira, foi assassinado ao receber seis tiros de homens não identificados. Ele havia fundado um jornal no município e mantinha um blog de assuntos que envolviam a cidade. Não foram colhidas informações quanto a motivação do crime, mas havia suspeitas de que a execução estivesse ligada a uma enquete publicada em seu blog questionando a prestação de contas da prefeitura. Em **4 de julho**, a Polícia Federal prendeu cinco homens suspeitos de integrar a quadrilha responsável pelo assassinato. Além da morte do jornalista, o grupo é suspeito de vários outros assassinatos no estado. Foram apreendidas oito armas que teriam sido supostamente usadas nos crimes e estavam enterradas em um sítio. “Não há dúvidas

de que o jornalista foi morto por causa da sua profissão. Ele era um formador de opinião em sua atividade. Já prendemos também o agenciador da morte, que atuava junto com a quadrilha. Esperamos que os mandantes sejam presos em curto espaço de tempo”, afirmou o delegado. Foram divulgados os nomes dos integrantes da quadrilha: Rafanio Brito de Azevedo, 30 anos, conhecido por Alemão, acusado de ser o agenciador e intermediário entre mandantes e executores; Abnadabe Nunes Ismael Pereira da Silva, 31 anos, conhecido por “Foguinho” ou “Qualhada”, acusado de ser um dos executores; Francisco Fabio Ferreira, 23 anos, conhecido como “Galego”, também acusado de ser executor; e Paulo Ricardo da Costa, 24 anos, o Paulinho, que completa o trio de executores. Marcelio de Sousa Moura, 29 anos, também preso, foi acusado de guardar as armas e prestar apoio logístico.

### **Prisões (1 caso)**

**12 de abril de 2011** – Jornalistas da TV Liberal, afiliada da Rede Globo no Pará, foram detidos pela Polícia Militar no município de Acará, a uma hora e meia da capital, Belém. O jornalista Guilherme Mendes, o cinegrafista Carlos Batista e o auxiliar Edmilson Luz faziam uma reportagem sobre a precariedade da saúde pública local e ouviam as denúncias dos usuários de um dos postos da cidade. Os jornalistas foram abordados pela diretora Simone Almeida, que indagou a respeito de uma autorização para gravar o local. A equipe foi convidada a comparecer à delegacia, escoltada por carros da PM. Os jornalistas ficaram detidos por duas horas na delegacia de Acará e foram liberados após a diretora do posto de saúde desistir da ocorrência. A prefeita do município Francisca Martins nega que os jornalistas tenham sido detidos. O Ministério Público Federal solicitou as imagens registradas pelo cinegrafista e outras reportagens anteriores e considera registrar queixa para averiguar a precariedade da saúde no local. A Polícia Militar pretende abrir um procedimento para avaliar a conduta dos policiais envolvidos. O Sindicato dos Jornalistas do Pará repudiou a ação em nota oficial. A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) publicou nota de repúdio ao ocorrido e cobrou providências.

## **Agressões (7 casos)**

**6 de janeiro de 2011** – Uma equipe de reportagem da RBS TV, afiliada da Rede Globo em Santa Catarina, foi agredida enquanto investigava uma denúncia do Ministério Público (MP) contra empresários de Indaial, no Vale do Itajaí. O repórter Francis Silvy foi agredido com socos no rosto. Após a agressão, ele, o cinegrafista Márcio Ramos e seu auxiliar Andrei Luiz foram ameaçados com uma arma de fogo. Além disso, o vidro traseiro do carro da reportagem foi quebrado. A equipe estava no estacionamento do shopping atacadista Vitória Régia, gravando cenas externas, quando o dono do imóvel, Vilmar Gaio, o filho dele, Diego Gaio e um segurança tentaram impedir a reportagem. Após a agressão, a equipe registrou Boletim de Ocorrência e fez exame de corpo de delito. A reportagem apurava denúncias do MP de que cinco empresários da cidade entraram em um acordo para boicotar um shopping atacadista de Brusque.

**5 de abril de 2011** – A Associação Nacional de Jornais (ANJ) divulgou nota repudiando a agressão ao jornalista Victor Soares, no dia 30 de março, praticada pelo advogado Afonso Luciano Gomes Amâncio, enquanto cobria a operação “Sol Dourado”, da Polícia Federal, que investigava um suposto esquema de fraudes em Manaus, do qual Gomes era apontado como um dos mentores. Soares teve seu equipamento fotográfico quebrado, além de ter sido agredido. A operação investigava, em Manaus e Brasília, um suposto esquema de fraude e notas fiscais frias emitidas pela empresa Sistema de Comunicação Sol. Gomes era indicado como o proprietário da Sol, atuando no escritório da empresa em Brasília. Diante do ocorrido, a ANJ condenou a ação do advogado e expressou sua expectativa de que a agressão não ficasse impune.

**29 de abril de 2011** – O repórter Gabriel Toueg, do Grupo Estado, foi agredido por seguranças do Metrô de São Paulo. Toueg fotografava com seu celular uma discussão entre os seguranças e seis meninas na Estação Sumaré, quando um dos agentes disse que não poderia fazer as imagens, avançou em direção a ele e tomou-lhe o telefone, enquanto outro agente

aplicava-lhe uma "gravata". A caminho da viatura, conforme relato do próprio jornalista, a dificuldade de controlar as meninas fez com que os agentes desistissem de levá-lo à Delegacia de Polícia do Metropolitano (Delpom), como haviam anunciado. Ao ser liberado, Toueg recebeu o celular com a advertência de que deveria apagar as fotos. Depois do incidente, o repórter registrou um boletim de ocorrência.

**3 de junho de 2011** – Após a sessão plenária na Câmara Municipal de Paço do Lumiar (MA), o vereador Zé Gomes (PSC) agrediu o jornalista Moreira Neto, no estacionamento da Casa das Leis. O presidente da Câmara, Alderico Campos, também presente, tentou impedir Gomes. O vereador tentou dar um soco no rosto de Moreira Neto e de sua equipe. Ao sair do carro, ele distribuiu socos e pontapés, além de danificar a câmera. Moreira Neto prestou queixa logo após o ocorrido e anunciou que tomaria providências jurídicas contra o parlamentar.

**21 de junho de 2011** – O repórter do jornal Extra Alagoas, Victor Avner, foi agredido verbalmente pela desembargadora Elisabeth Carvalho do Nascimento, na sessão do pleno do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL). A desembargadora ainda mandou recolher equipamentos e exigiu a expulsão do profissional do local. O ato da magistrada coincidiu com a repercussão da última edição do jornal, que denunciava, com base em relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o pagamento indevido de horas extras em sua gestão.

**14 de julho de 2011** – O jornalista Fábio Roberto foi agredido após sair da Rádio Bahiana no município de Ilhéus, no estado da Bahia, onde apresenta o programa Compromisso Verdade e costuma levar ao ar várias denúncias. De acordo com o jornalista, um homem o atingiu com uma paulada na cabeça, por trás, e fugiu em seguida, sem levar nada. Fábio Roberto recebeu atendimento médico e registrou ocorrência na polícia local.

**18 de julho de 2011** – Os jornalistas André Modesto, da TV TEM, afiliada da Rede Globo, e Guilherme Baffi, do Diário da Região, foram agredidos quando tentavam entrevistar uma médica investigada pela morte de uma

universitária. Os jornalistas que cobriam o depoimento da profissional responsável pelo atendimento da jovem morta, vítima de supostos erros na preparação de uma doação de medula, encontravam-se na saída da 5ª DP de São José do Rio Preto, interior de São Paulo. Naquele momento, um homem que escoltava a médica empurrou Modesto e chutou a câmera de Baffi.

### **Censura (12 casos)**

**12 de agosto de 2010** – O juiz José Agenor de Aragão da 3ª Vara Cível de Itajaí (SC) determinou que a revista Consultor Jurídico retirasse um parágrafo do artigo “Adoecimentos ocupacionais que mancham o Brasil”, de autoria do advogado Luiz Salvador. A decisão cautelar antecipada atendeu a pedido da Brasil Foods, empresa de alimentos resultante da união entre a Sadia e a Perdigão. A revista responde a processo pelo mesmo motivo na 2ª Vara Cível da mesma cidade.

**24 de agosto de 2010** – O jornalista gaúcho Políbio Adolfo Braga, que também é advogado, impetrou habeas corpus no STF com o objetivo de trancar a ação penal a que respondia por apologia ao crime. A acusação partiu do Ministério Público do Rio Grande do Sul, que considerou criminoso um texto divulgado pelo jornalista em seu blog na internet. Na publicação, ocorrida em 16 de janeiro de 2010, Políbio informou que a governadora Yeda Crusius contratou 3.200 brigadianos e reequipou toda a Brigada. Em seguida, afirmou que “o que estava faltando era isto que ocorreu agora: matar, prender e mostrar a força aos bandidos do Rio Grande do Sul”. Em sua defesa, o jornalista argumenta que o texto nada mais é que a livre manifestação do pensamento e o direito de opinião, assegurados na Constituição Federal. Em **8 de setembro de 2010**, o desembargador Cláudio Baldino Maciel, da 6ª Câmara Criminal do TJ/RS, concedeu *habeas corpus* para trancar a ação penal instaurada contra Políbio Braga, por se tratar de “mera expressão pública da opinião de um cidadão jornalista”. Em **23 de setembro de 2010** foi julgado o habeas corpus pelo colegiado da 6ª Câmara Criminal, ratificando a liminar concedida pelo relator. O acórdão

publicado em **14 de outubro de 2010** afirma que “não há a necessária tipicidade da conduta apta a promover a instauração da ação penal. Trata-se, sim, de mera expressão pública da opinião de um cidadão jornalista assegurada pela Constituição Federal em seus arts. 5º, inc. IV e IX e 220, §1º”.

**12 de setembro de 2010** – O jornal Impacto Campo Grande foi apreendido, por determinação da Justiça, por conter matérias sobre a política local e sobre um caso de corrupção envolvendo funcionários da Prefeitura de Dourados (MS). O jornalista Mário Pinto, que distribuía os jornais, ficou detido pela polícia das 10h às 17h, enquanto os exemplares foram apreendidos. Pinto atribuiu a medida a perseguições do governo estadual devido às críticas do jornal ao então governador e candidato à reeleição, André Puccinelli (PMDB).

**24 de setembro de 2010** – Liminar do Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins proibiu 84 meios de comunicação de divulgar notícias sobre uma investigação do Ministério Público de São Paulo envolvendo o governador do Tocantins e candidato à reeleição, Carlos Henrique Amorim, conhecido como Carlos Gaguim (PMDB). Na liminar do desembargador José Liberato Costa Póvoa, que afetou jornais, revistas, sites, rádios e TVs, ficava determinado que “todos os meios de comunicação abstenham-se da utilização, de qualquer forma, direta ou indireta, ou publicação dos dados relativos ao candidato Carlos Gaguim ou qualquer membro de sua equipe de governo, quanto aos fatos investigados pelo Ministério Público de São Paulo”. No dia **25 de setembro de 2010**, policiais armados tentaram impedir a distribuição da revista Veja em Tocantins. Foi necessária a intervenção do Ministério Público e da Polícia Federal para que a publicação pudesse ser distribuída. No dia **26 de setembro**, a ANJ emitiu nota em que condenava a decisão e dizia esperar que a Justiça resolvesse o caso de censura no estado. No dia seguinte, o próprio governador solicitou e obteve da Justiça Eleitoral do estado que limitasse a proibição à propaganda eleitoral dos candidatos adversários. No dia **27 de setembro**, o Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins, por 4 votos a 2, decidiu extinguir a liminar que



proibia veículos de comunicação de publicar informações que relacionem o governador Carlos Gaguim (PMDB) a um suposto esquema de fraudes em licitações investigado pelo Ministério Público de São Paulo. Em **14 de fevereiro de 2011**, um ofício encaminhado pela Polícia Federal ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) revelava que a censura podia ter sido comprada, além da existência de um possível comércio de decisões judiciais. Essas evidências levaram o ministro João Otávio de Noronha, do STJ, a autorizar a PF a grampear os telefones de Póvoa e do vice-presidente do Tribunal de Justiça de Tocantins, Carlos Luiz de Souza.

**24 de setembro de 2010** – A Justiça Eleitoral suspendeu a divulgação de três pesquisas de intenção de votos ao governo do Paraná, todas a pedido da coligação “Novo Paraná”, do candidato Beto Richa (PSDB). A mais recente, do Ibope, começava a ser realizada e seria divulgada no dia 23 de setembro. No dia 21, por força de uma liminar, foi proibida a publicação da pesquisa realizada pelo Vox Populi e, no dia 22, do levantamento do Datafolha. Os advogados da coligação de Beto Richa entraram na Justiça contra o Ibope alegando problemas no plano amostral do instituto. O candidato ao governo pelo PRTB, Robinson de Paula, também questionou a pesquisa pelo fato de seu nome não constar na relação de candidatos para um eventual segundo turno. O juiz auxiliar Luciano Carrasco aceitou os argumentos e proibiu a veiculação da pesquisa sob pena de aplicação de multa no valor de R\$ 200 mil.

**9 de novembro de 2010** – Uma decisão judicial proibiu o portal Consultor Jurídico de noticiar decisão do Conselho Nacional de Justiça em relação a processo administrativo que corre em sigilo contra um magistrado de São Paulo. O portal foi obrigado a tirar do ar reportagem publicada no dia 31 de agosto de 2009, sobre a decisão do CNJ favorável à instauração da investigação. A decisão contra o ConJur foi da juíza Ana Laura Corrêa Rodrigues, da 16ª Vara Cível do Fórum Central da capital paulista. No dia **5 de novembro**, a redação recebeu uma cópia da sentença assinada em 8 de outubro das mãos não de um oficial de Justiça, mas de um representante do escritório que defende o magistrado, o Laspro Advogados Associados. A

multa por descumprimento era de R\$ 500 por dia. Não há fato novo desde então.

**22 de fevereiro de 2011** – O jornal Correio Popular, de Campinas (SP), informou na edição de 21 de fevereiro que policiais dificultavam o trabalho da imprensa ao impedir a consulta aos boletins de ocorrência (BOs) nas delegacias de polícia da cidade. Segundo noticiou o jornal, o delegado corregedor da Polícia Civil, Roveraldo Battaglini, determinou que tais informações não fossem mais disponibilizadas aos jornalistas, sob pena de serem processados. A decisão teria sido motivada pela divulgação, por uma emissora de TV, de imagens de um BO do qual constava o nome da esposa do delegado Battaglini – supostamente envolvida em um caso de desvio de medicamentos de um hospital público. Na época, 46 policiais civis – inclusive delegados – respondiam a processo de quebra de sigilo funcional por causa do episódio. A ANJ recebeu a denúncia do jornal e se manifestou por meio de entrevista do diretor executivo, Ricardo Pedreira, em defesa da liberdade de expressão. Em **22 de março**, o jornal publicou nova matéria sobre o fato com esclarecimentos do corregedor, dando por encerrado o caso.

**3 de março de 2011** - A blogueira Adriana Vandoni anunciou que decidiu deixar o jornalismo definitivamente devido à proibição pela Justiça do Mato Grosso de citar em sua página pessoal "Prosa e Política" o nome do deputado estadual José Geraldo Riva (PP). Ele chegou a ser cassado no começo do ano e respondia a 118 ações do Ministério Público. Adriana tinha contra ela seis ações judiciais, sendo que uma liminar de censura foi expedida em 13 de novembro de 2009.

**30 de março de 2011** – A edição da revista Caras foi publicada com tarjas pretas nas páginas em que relatava o caso da modelo e atriz Cibele Dorsa, que morreu no dia 26 de março, aos 36 anos, após se atirar da janela do prédio onde morava, em São Paulo. As tarjas pretas foram a maneira que a editora encontrou para cumprir às pressas uma ordem judicial recebida por volta das 21h30 de 28 de março, quando parte da revista já estava na gráfica, proibindo a menção do nome do cavaleiro Álvaro Affonso de Miranda Neto, o Doda, de 38 anos, em carta que a atriz teria enviado à

editora antes de morrer. O documento seria publicado na íntegra. Na carta, entre outras declarações, a atriz criticava Doda, seu ex-companheiro e pai de sua filha Viviane, de 8 anos. A menina e o outro filho de Cibele, Fernando, de 13, moravam com Doda na Bélgica. Em 6 de abril, o Tribunal de Justiça de São Paulo acatou recurso da revista Caras, autorizando a publicação da íntegra da carta enviada pela atriz à redação pouco antes do suicídio.

**20 de abril de 2011** – O juiz substituto Carlos Roberto de Sousa Dutra, da 3ª Vara Cível de Araguaína, proibiu em liminar que o portal Arnaldo Filho publicasse matéria sobre denúncia de ex-funcionários da Faculdade Católica Dom Orione e do Colégio Santa Cruz, no município.

**28 de junho de 2011** – A Polícia Federal de São José do Rio Preto (SP) indiciou o jornalista Allan de Abreu, do Diário da Região, por divulgar informações sob sigredo de Justiça. O profissional foi indiciado pelo delegado José Eduardo Pereira de Paula. Tal fato ocorreu porque o jornal divulgou, em duas reportagens publicadas em maio, informações oriundas de escutas telefônicas feitas pela polícia na operação Tamburutaca, que investigava havia um ano um esquema de corrupção entre auditores fiscais, representantes de sindicatos e empresários para driblar leis trabalhistas com o pagamento de propina. A Associação Nacional de Jornais (ANJ) divulgou nota condenando a criminalização do jornalista por usar o sigilo da fonte. Abreu foi indiciado com base no art. 10 da Lei nº 9.296, de 1996. O texto diz que constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar sigredo de Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei. Em caso de condenação, a pena varia de 2 a 4 anos de prisão. Em **18 de julho**, a Polícia Federal de São José do Rio Preto decidiu, “por ora”, não indiciar o editor-chefe do Diário da Região, Fabrício Carareto, investigado por ter autorizado a publicação de reportagens com trechos de escutas telefônicas preservadas por sigredo de Justiça. O indiciamento, no entanto, ainda pode ocorrer, segundo a PF. O editor prestou depoimento ao delegado José Pereira de Paula, que indiciou Abreu. No momento da redação deste relatório, a informação mais recente era de que o delegado havia

confirmado que não houve o indiciamento, mas que isso ainda poderia ocorrer em razão de um pedido do Ministério Público Federal.

**15 de julho de 2011** – O jornal Daqui, que circula na cidade de Montes Claros (norte de Minas Gerais, a 420km de Belo Horizonte), teve sua edição recolhida, durante visita do governador mineiro Antônio Augusto Anastasia, por determinação do juiz Marco Antônio Ferreira, da 3ª Vara Cível, que concedeu liminar atendendo pedido do prefeito Luiz Tadeu Leite (PMDB). O jornal não foi citado. E o cumprimento da liminar de busca e apreensão foi feito pela guarda municipal, sem as presenças da Polícia Militar ou de oficial de Justiça. Em algumas bancas, os jornais foram apreendidos pelos próprios advogados do prefeito.

### **Atentados (2 casos)**

**4 de janeiro de 2011** – O assessor de imprensa, Jorge Chahad, que trabalhava para a prefeitura de Aguai, no interior de São Paulo, teve seu carro avariado por 5 tiros. O jornalista assistia à televisão em sua casa quando ouviu os disparos contra o seu automóvel, estacionado na garagem da residência. Para Chahad, que também escreve para o jornal da região, O Imparcial, o atentado foi uma reação aos seus artigos publicados no jornal de Aguai. Os textos abordavam esquemas de corrupção, rombos na prefeitura e questões envolvendo políticos locais. Em **5 de janeiro de 2011**, a Polícia Civil abriu inquérito a respeito do caso.

**23 de março de 2011** – A Associação Nacional de Jornais (ANJ) divulgou nota manifestando sua indignação diante do atentado à bala perpetrado contra o blogueiro Ricardo Gama na manhã do dia 23 de março, em Copacabana, Rio de Janeiro. De acordo com policiais do 19º Batalhão de Polícia Militar, o blogueiro foi atingido por três tiros (na cabeça, no pescoço e no ombro direito), depois de abordado por homens que ocupavam um carro de cor prata. Gama vinha criticando duramente as autoridades estaduais e municipais, mas em suas postagens mais recentes havia tratado do tráfico de drogas, afirmando que um “empresário” que abasteceria a Favela da Rocinha de cocaína estaria de volta às ruas. Revelava também

que haviam voltado à cidade integrantes da quadrilha do traficante Nem (Antônio Francisco Bonfim), envolvidos em tiroteio em hotel. Em sua nota, a ANJ insistia junto às autoridades policiais para que intensificassem as investigações sobre os autores do atentado e suas motivações e providenciassem a devida proteção ao blogueiro, que se encontrava hospitalizado, diante das evidências de que o ataque visava assassiná-lo. Em **30 de março**, a Polícia Civil do Rio de Janeiro conseguiu identificar o carro utilizado pelos criminosos. Em **18 de abril**, um mês após o atentado, o blogueiro Ricardo Gama ainda se recuperava dos seis tiros que levou (dois de raspão) e informava que “até hoje não fui chamado para um depoimento formal, para uma perícia, para um exame de corpo de delito”. O blogueiro afirmava ainda que as investigações estavam quase paradas. O delegado titular da 12ª DP, Antenor Lopes Martins Junior, responsável pelas investigações do atentado, afirmou que não dará informações sobre o caso enquanto as investigações não forem concluídas. A partir daí, segundo o blog do próprio Ricardo Gama, não houve avanço nas investigações.

### **Abusos (3 casos)**

**4 de março de 2011** – A Associação Nacional de Jornais (ANJ) divulgou nota repudiando os atos intimidatórios praticados contra o jornal O Popular, na manhã de 3 de março, por viaturas das Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (ROTAM), unidade da PM de Goiás. Em sua edição daquele dia, o jornal havia publicado reportagem sobre uma investigação da Polícia Federal – Operação Sexto Mandamento – referente à existência de um grupo de extermínio, envolvendo efetivos da ROTAM. Horas depois de a edição circular, sem qualquer justificativa e com o claro intuito de intimidar o jornal, um comboio composto por viaturas dessa unidade percorreu ruas da cidade, passando diante da sede de O Popular com sirenes acionadas. Diante do ocorrido, a ANJ divulgou nota repudiando a ação dos oficiais e soldados da PM que participaram da manobra intimidatória e insistindo junto às autoridades estaduais para que apurassem o ocorrido e oferecessem garantias de segurança ao jornal e a seus profissionais. Em **16 de março**, uma espécie de folheto virtual com a mensagem “PM de Goiás – O inimigo agora é a imprensa” passou a ser difundido pela internet em

Goiás. Do panfleto virtual constava a logomarca do jornal em oposição à da PM e à da ROTAM. Havia, ainda, a mensagem “153 anos, e não 153 dias” – uma referência ao aniversário da PM goiana. O folheto circulou por e-mails e no Orkut. O material criticava a prisão de 19 policiais militares na operação detalhada na reportagem do jornal. A Polícia Militar, por meio de seu assessor, o tenente-coronel Divino Alves, afirmou que a campanha “não reflete o pensamento da instituição”. A editora-chefe de O Popular, Cileide Alves, disse que os repórteres deixaram de assinar as reportagens sobre o caso e que as situações de ameaça estavam sendo informadas à Secretaria de Segurança Pública de Goiás.

**26 de abril de 2011** – A Associação Nacional de Jornais (ANJ) considerou lamentável a atitude do Senador Roberto Requião que, no dia 25 de abril, tomou o gravador do repórter da Rádio Bandeirantes, Victor Boyadjian, e ameaçou agredi-lo quando este tratava de entrevistá-lo sobre a pensão que recebe como ex-governador do Paraná. Condenável em qualquer cidadão, o impedimento do livre exercício da atividade jornalística foi agravado, nesse caso, pelo fato de ter partido de um homem público, em total desacordo com as mais básicas normas de civilidade e da convivência democrática. O acesso à informação pública e à liberdade de imprensa são direitos de toda sociedade e não podem ser tolhidos por ninguém, muito menos por detentores de cargos eletivos.

**25 de maio de 2011** – Dois policiais militares foram afastados sob suspeita de terem cometido abusos durante a Marcha da Maconha, no sábado, dia 21 de maio, no centro de São Paulo. A polícia usou balas de borracha e bombas de efeito moral contra os manifestantes. A PM não informou detalhes sobre os policiais punidos. A GCM (Guarda Civil Metropolitana) também investigou possíveis abusos. Um repórter, que portava crachá, foi atingido por jatos de spray de pimenta por um PM e por uma agente da GCM, que ainda o atacou com golpe de cassetete. A Polícia Militar atribuiu a reação à necessidade de cumprir ordem judicial, dada na sexta, que proibia o ato.

### **Manifestações (1 caso)**

**18 de setembro de 2010** – O presidente Lula afirmou, em um comício em Campinas (SP), que “vamos derrotar alguns jornais e revistas que se comportam como partido político”. A ANJ divulgou nota lamentando as declarações do presidente Lula por manifestar “desconhecimento do papel da imprensa na sociedade”. A Associação lembrou ainda que “o papel da imprensa é o de levar à sociedade toda informação, opinião e crítica que contribua para as opções informadas dos cidadãos, mesmo aquelas que desagradem os governantes.”

### **Ameaças (1 caso)**

**13 de janeiro de 2011** – O jornalista Luis Cardoso recebeu seguidas ameaças de morte após publicar textos sobre o pedido de prisão do prefeito Manoel Mariano de Souza, da cidade maranhense de Barra do Corda, que estava foragido. Responsável pelos posts, Cardoso foi pela primeira vez ameaçado por telefone. Sem querer acusar ninguém próximo ao prefeito Manoel de Souza, Luis Cardoso disse que não deixaria de seguir denunciando corrupções nos órgãos públicos. E, por precaução, pediu proteção à Secretária de Segurança Pública e à Polícia Federal. Nenhum funcionário da prefeitura de Barra do Corda se pronunciou sobre o tema, alegando inverdades nas palavras do jornalista Luis Cardoso.

### **Outras decisões judiciais (2 casos)**

**27 de agosto de 2010** – O jornalista Maurício Campos Rosa, condenado à prisão pela acusação de fazer propaganda caluniosa e ofensiva contra a honra de Osmar Calenge, candidato à prefeitura de Lagoa Santa, em Minas Gerais, nas eleições municipais de 2004, entrou com um pedido de habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF) para que a pena de prisão seja substituída. O jornalista era diretor do jornal O Grito e teria divulgado textos depreciativos em relação ao então candidato, dizendo que ele teria praticado crime de falsificação de diploma e pesquisa. O jornalista foi condenado a 4 anos e 4 meses de prisão por crimes previstos no Código

Eleitoral. A defesa do jornalista alega que, com a revogação da Lei de Imprensa, a prisão não se aplicaria mais a casos de calúnia, e que o tempo total da pena aplicada pelo Código Eleitoral deveria ser diminuído – possibilitando, assim, a substituição da prisão por outro tipo de sanção. Um mandado de prisão contra o jornalista foi expedido. Em setembro, o Tribunal Superior Eleitoral recebeu o pedido de habeas corpus do jornalista e aguarda julgamento.

**8 de novembro de 2010** – O Jornal de Londrina foi condenado a pagar a indenização de R\$ 600 mil por publicar reportagens envolvendo denúncias contra o ex-prefeito de Sertãoópolis (PR). Em 1994, o Jornal de Londrina publicou notícia sobre indícios de irregularidade na gestão do então prefeito, com base em declaração de ex-vereador e do promotor de Justiça à época. Em **18 de novembro de 2010**, o ministro Ayres Britto, relator do caso, concedeu liminar determinando a suspensão da execução de sentença que fixou em 300 salários mínimos o valor a ser pago pela Editora Jornal de Londrina S.A.. Em seu despacho, o ministro recordou que, no julgamento do STF que declarou a Lei de Imprensa (Lei nº 5.250/67) não recepcionada pela Constituição de 1988, ficou estabelecido que, nos casos de abuso das liberdades de manifestação do pensamento e expressão, “o corretivo é de ser feito pela exigência do direito de resposta por parte do ofendido, assim como pela assunção de responsabilidade civil, ou penal, do ofensor”.